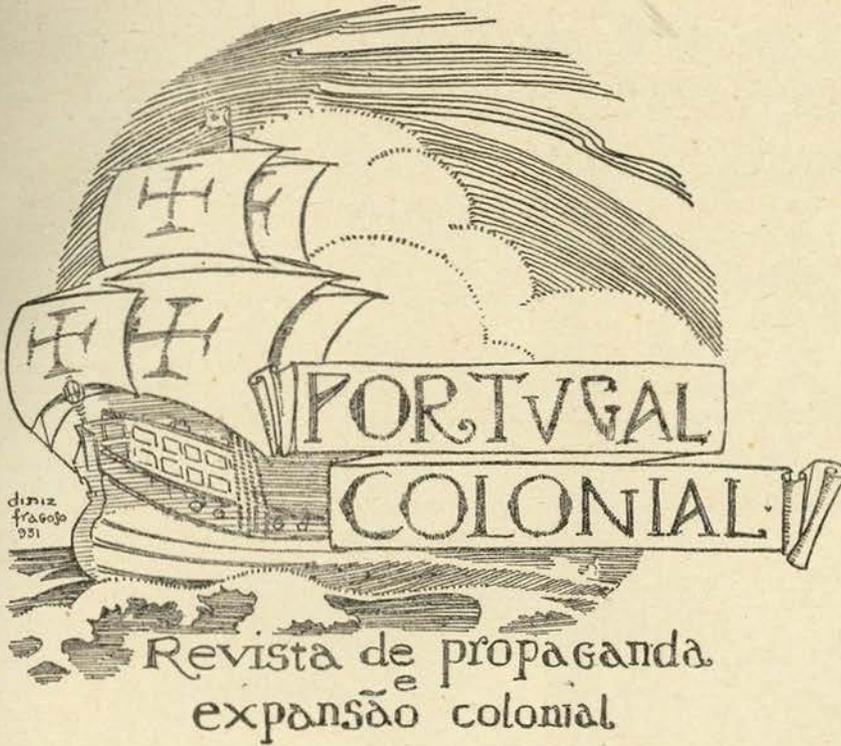


DIRECTOR
HENRIQUE GALVÃO
ADMINISTRADOR E EDITOR
ANTÓNIO PEDRO MURALHA

SEDE
RUA DA CONCEIÇÃO, 35, 1.º
Endereço Telegráfico
«MINERVA»
TEL. 2 4253
Propriedade da Empresa
PORTUGAL COLONIAL

PREÇO AVULSO
Metrópole..... 3\$00
Colónias..... 4\$00
(ASSINATURAS)
Metrópole (6 meses)... 18\$00
Colónias (6 meses)... 24\$00

COMPOSTO E IMPRESSO
OTTOSGRÁFICA LIMITADA
Conde Barão, 50 — LISBOA
Visado pela Comissão de Censura



SUMÁRIO

UMA CARTA MENSAL DE PORTUGAL PARA AS COLÓNIAS..	<i>Dr. Agostinho de Campos.</i> Professor, escritor e jornalista
DOIS ANOS DE VIDA	<i>Henrique Galvão.</i> Publicista colonial
A CULTURA DO ALGODÃO—PRODUÇÃO E CONSUMO GERAL — NECESSIDADE IMPERIOSA DE DESENVOLVER A SUA CULTURA NAS NOSSAS COLÓNIAS EM BENEFÍCIO DA ECONOMIA GERAL DO PAÍS	<i>Manuel Caetano de Oliveira.</i> Industrial
PÁGINA LITERÁRIA — AQUELA BRANCA NO MATO	<i>Angelo Diniz.</i>
AS MATÉRIAS PRIMAS DE MOÇAMBIQUE NO MERCADO DA METRÓPOLE — LEGISLAÇÃO ALGODOEIRA E SUA IN- FLUÊNCIA SÓBRE A CULTURA — (DA MEMÓRIA APRE- SENTADA À CONFERÊNCIA COMERCIAL DE LOURENÇO MARQUES).....	<i>C. Melo Vieira.</i>
DA IMPRENSA COLONIAL TRANSCREVE-SE	<i>Louis d'Orignac.</i>
CRÓNICA DO MÊS	<i>H. G.</i>
NOTAS DO MÊS	***
INFORMAÇÕES, ETC	***
LIVROS E PUBLICAÇÕES	***
ESTATÍSTICA.....	***
PORTUGAL COLONIAL	

Uma carta mensal

de Portugal

para as **Pelo dr.
Agostinho
de
Campos**
Colónias

VENCIDA há dezanove anos, submeteu-se naturalmente a Alemanha à vontade e à lei dos vencedores. Isto é dos livros ou das regras do jôgo; e não devia servir senão para aquecer Alemães essa história de chamar Diktat ao tratado de paz de Versalhes. Toda a guerra acaba tabeliôamente por um tratado de paz; e, como as respectivas cláusulas são ditadas pelo partido vitorioso ao partido derrotado (que não pode fazer outra coisa senão assinar o que lhe ditam) é fatal que todos os tratados de paz sejam ditados, isto é: imposições.

Ora os jornais alemães publicam uma entrevista com o dr. Henrique Schnee que foi governador da África Oriental Alemã desde Abril de 1912 até 25 de Novembro de 1918. Esta última data, já posterior ao Armistício, mostra eloqüentemente como o ilustre funcionário soube cumprir com brilho o seu dever.

Nessa entrevista chama o dr. Schnee muitas vezes Diktat ao tratado de Versalhes. Mas, ¿ que queria êle e que queria a Alemanha? ¿ Que os vencedores a consultassem amavelmente e formulassem aquele instrumento de pleno e voluntário acôrdo com ela? Não costumam as guerras acabar assim, nem foi êsse o desfecho daquelas em que a Alemanha triunfou. e ditou.

Está portanto muito bem que a paz lhe fôsse ditada. Pode apenas discutir-se uma única dúvida, que é a seguinte:—se quem ditou bem, a favor de si próprio e da paz. O resto é para Alemanha ouvir. Mas tem dado muito bom resultado, cá fora também.

Quem chora, mama. É a eterna história da água mole nas suas relações com a pedra dura. E a água mole da choiadeira alemã tem ido amolecendo e furando a pedra dura da França; porque, como é sabido, a Inglaterra, os Estados-Unidos, a Itália—os três outros grandes vencedores—todos têm funcionado como pedras muito moles.

Os factos mostram isto, mas mostram mais outra coisa: é que quem ditou, ditou mal. Ditou

mal, porque ditou de mais: ditou para longo tempo. Ditou comprido, donde resultou o que se está vendo: ditado comprido, ditado não cumprido.

O ditado impunha a ocupação prolongada de certas regiões alemãs, e o pagamento prolongado de uma forte contribuição de guerra, e a proibição prolongada do rearmamento da Alemanha. A água mole da choradeira alemã já furou tôdas essas pedras duras. Porquê? Porque os vencedores deram à Alemanha o enorme benefício do Tempo, que é quem afinal fura as pedras, tanto ou mais do que a água.

Mas o ditado mal ditado ditou o pior possível, ditando que a Alemanha perderia, como perdeu, tôdas as colónias que tinha. Meio século antes, ali mesmo em Versalhes, houve quem ditasse melhor. Ora os vencedores de 1918 esqueceram-se da lição de Bismarck.

Vencida a França em 1870, o Chanceler de Ferro arrancou-lhe a Alsácia e a Lorena; mas deixou-lhe o respiradoiro, a válvula de segurança da expansão colonial. Amputada na sua carne metropolitana, distraiu-se a França, e consolou-se, expandindo-se para longe. E assim se firmou na Argélia, e se instalou na Tunísia, e anexou Madagascar, e incorporou a Indo-China, e foi talhando ao sul e a poente do Sahara um vasto império, até se estabelecer também em Marrocos.

Em 1918 sofreu a Alemanha vencida mutilações importantes no seu território continental; e cometeu-se o erro político de expropriar a um povo numeroso, expansivo e prolífico todos os domínios ultramarinos que possuía anteriormente.

Podemos estar seguros de que a Alemanha não suportará isto, e de que todo o povo, tôdas as classes, todos os partidos se encontram ali unânimes, e se hão-de juntar em côro unísono, para reclamarem a restituição das antigas colónias, ou a distribuição de outras novas. Êste é o sentido da entrevista do dr. Schnee e de várias outras pressões e protestos que se têm visto e hão-de ver.

O ex-governador da África Oriental reclama a simples devolução do que a Alemanha perdeu. Outros, mais insofridos, mais francos, ou mais impolíticos (por exemplo, o prof. Schlubach, na sua recente conferência de Berlim, presidida pelo duque Frederico do Mecklemburgo) declaram que não bastam já hoje à Alemanha os territó-

rios africanos perdidos, por se apropriarem pouco ou mal à colonização europeia.

—¿ Onde procurarão vida os nossos filhos?
¿ Onde encontraremos espaço para a nossa mocidade? pergunta o dr. Henrique Schnee.

E mais: «A Alemanha é o país mais industrial da Europa, e não pode viver sem matérias-primas coloniais». E chamam-se em refôrço as estatísticas demográficas: «Reduzido em Versalhes o território do Reich, cada milhar de Alemães dispõe hoje apenas de 7 quilómetros quadrados e meio de espaço, ao passo que cada mil italianos possuem 55, cada mil franceses 114, e cada mil ingleses mais de 213 quilómetros quadrados».

Entretanto queixa-se a Itália de que também asfixia e tóda a imprensa italiana responsabiliza a França pelas desilusões que a Guerra trouxe à sua pátria.

Hitler, o novo chanceler ultra-nacionalista, diz aos correspondentes de jornais italianos: «A Itália espera também que lhe sejam reconhecidos os seus direitos de grande nação, e aí está o mo-

tivo por que os nossos dois países se encontram na mesma situação e com os olhos fitos num objectivo semelhante, o que torna tanto mais fácil um entendimento (alguns dizem: uma alliança) entre os dois povos».

Na Câmara dos Deputados francesa o nacionalista sr. Franklin-Bouillon grita alerta: «Tóda a Alemanha, tóda a Itália, tóda a Hungria, com a Bulgária atrás delas, desejam, preparam e estão já organizando a guerra contra a França!...»

Tudo isto mostra que o ditado de Versalhes foi realmente muito mal ditado. Nem sequer para uma simples década preparou e assegurou a paz da Europa e do Mundo.

O Governo português, a nossa diplomacia, cada um de nós no seu campo e no seu canto, precisamos de estar muito atentos e de fazer apêlo a tódas as nossas capacidades de patriotismo objectivo, de união nacional e de juízo prático, porque os tempos que correm não se sabe bem para onde, são grandemente incertos, ameaçadores e perigosos.

DOIS ANOS DE VIDA

COMPLETA com o presente número dois anos de vida a revista *Portugal Colonial*. Pode considerar-se, entre nós, se recordarmos o povoamento da necrópole onde jazem, em alguns meses de existência apenas, tantas iniciativas que não ganharam o direito de durar — um exemplo de longevidade.

Quem se der ao trabalho de reler o artigo de apresentação que escrevemos no primeiro número há dois anos, verificará que, durante êste período, tão interessante na administração colonial portuguesa, tão fértil em acontecimentos, cumprimos rigorosamente quanto prometemos como linha de conduta e programa de acção. A revista procurou servir problemas, questões elevadas, os pontos de vista que julgou mais úteis aos interesses do Império; recebeu nas suas colunas todas as opiniões sinceras, todas as boas vontades generosas, todas as sugestões elevadas; procurou a colaboração dos melhores colonialistas portugueses; interveio imparcialmente, com serenidade e isenção na crítica e discussão de quási todos os problemas coloniais postos durante êstes dois anos.

Não serviu interesses privados, nem acolheu ideologias suspeitas. Foi económica em objectivos pessoais — e, todavia, acolheu todos os novos que a ela se dirigiram.

Julgamos que cumpriu o seu dever e se manteve dentro do seu programa.

Êstes dois factos: — dois anos de idade e o cumprimento duma promessa de acção — registamo-los com orgulho e com prazer. Não há motivo para os exaltar além do que valem, nem para tecer em volta

dêles, outras palavras que não sejam as necessárias para marcar um ponto de referência.

O mesmo não sucede já se tomarmos êste aniversário como pretexto para lançarmos um golpe de vista sôbre os dois anos que decorreram e para meditarmos sôbre a extensão e a claridade do caminho percorrido na administração colonial portuguesa.

E isso interessa mais que burilar prosa em volta do acontecimento simples e modesto que é o aniversário duma revista.

Nestes dois anos que passaram, entre o ponto de partida confuso, anuviado, ameaçador por vezes, em que se encontravam as colónias portuguesas — e esta fase activa, prometedora, viva, dum movimento definido, com directrizes nítidas e pensamentos concretos, que estamos atravessando — o caminho percorrido é longo e fértil, a obra realizada é sólida e inspira confiança.

Só a cegueira, a má fé, ou um pessimismo doentio não consentirão em reconhecê-lo.

Vale a pena fazer um balanço rápido — por muitas razões que neste aniversário encontram pretexto para afirmar-se — e ainda porque nos é necessário, a todos nós, maldizentes e pessimistas por índole, uma razão forte da Razão, para encararmos os tempos que hão de vir, em função dos que passaram e dos que estão correndo, com sadio e confiante optimismo.

Há dois anos, não havia uma idea definida, um pensamento, uma directriz, na nossa administração colonial. Tudo corria ao acaso. As medidas improvisavam-se sob impressões e sugestões de momento, os problemas — remendavam-se. Hoje, existe uma idea

imperial triunfante, aceite, generalizada que não só vai ganhando a substância colectiva da Nação, como também preside já, a muitas formas e realizações da sua actividade. Em Portugal já se legisla, se pensa, se age, tendo em consideração as exigências, o carácter e os objectivos, da nossa missão imperial. E se o «Império» não é ainda uma realidade — porque, de facto o não é — no entanto, já uma grande parte dos portugueses o encaram firmemente como um objectivo necessário e indiscutível. Primeira vitória, cujo alcance é ocioso explicar.

Há dois anos, havia a desordem nalgumas das nossas colónias — uma indisciplina que fazia prever o caos e os mais negros acontecimentos. Hoje, está instalada uma ordem e dentro dessa ordem, trabalha-se, progride-se, renascem as velhas virtudes do nosso génio colonizador.

Há dois anos, quasi todos os orçamentos coloniais andavam desequilibrados, em regime permanente de deficit. Havia até quem defendesse esta regra de desordem e a julgasse a mais adequada aos interesses das colónias. Estavam esquecidos, postos de lado, tidos por inúteis e inoportunos, os mais elementares preceitos de organização financeira. Cresciam as dívidas das colónias e não se previa sequer a possibilidade de «arrumar essas casas destrambelhadas». Hoje, em todas as colónias portuguesas, estão equilibrados os orçamentos e submetidas as gerências a uma regra salutar.

Há dois anos, a economia das colónias portuguesas estava desnacionalizada. O estrangeiro dominava nos mercados coloniais, onde nós apenas conservávamos uma posição mesquinha de favor. Hoje, está nacionalizada a economia das colónias e fortemente defendida uma posição portuguesa. As estatísticas revelam já o domínio da nossa posição nos mercados nacionais de além-mar.

Há dois anos, estava a casa desarrumada, clamorosa. Ninguém sabia ao certo para onde íamos — e todos previam tristes acontecimentos. Hoje, estamos em pleno movimento de arrumação, de ordem, de ressurgimento. Os problemas coloniais começam a definir-se, as soluções vêm chegando, as medidas sucedem-se metódicamente em obediência a um plano, a uma ideia, a um ideal e a uma política. Ainda há dias tivemos um decreto notável sobre carburantes e já se anunciam as reformas bancárias e a administrativa das colónias.

É certo que não nos conduziram êstes dois anos a um período repousante, isento de cuidados e preocupações, farto e próspero. É cousa que êste mundo, neste tempo, não conhece. Mas é também certíssimo que temos caminhado, que nos temos elevado e que o esforço realizado, através duma crise aguda, se pode considerar, no presente, um esforço vitorioso.

Enquanto outros povos, outros países, por via da crise se esbandalham ou enfraquecem, se desorganizam ou empobrecem, nós temos encontrado, não só as forças para lutar contra ela e defendermo-nos dos seus piores efeitos, como também, o sentido de ressurgimento, de arrumação, de ordem que nos é necessário, para galgar até aos nossos destinos.

Há ainda muito que fazer e a obra não tem sido fácil nem o será por muitos anos fora. Todavia, dois anos de trabalhos e de resultados — possivelmente os piores — consentem uma consciência da própria

TRANSPORTES AFRICANOS



Um carro boer no Cunene durante a travessia e à saída do rio



fôrça e uma confiança para enfrentar o que há de vir.

Que importa pois que faça dois anos uma revista já velha — neste aniversário duma Política Nova!

HENRIQUE GALVÃO

PORTUGAL COLONIAL

A cultura do algodão, segundo algumas memórias, teve a sua origem na Índia, e é anterior à era de Cristo.

Por um relatório de Marco Polo, conhece-se que havia já no ano de 1295, em uso na China, tecidos fabricados com fio de algodão.

Foi com algodão importado desses países orientais e mais tarde do Egito, que no século XV, a Inglaterra iniciou o fabrico de tecidos de algodão estabelecendo as suas primeiras fábricas no Lancashire e em Manchester.

O documento que nos serve de estudo ilucida-nos ainda que, na América do Norte, hoje o maior centro algodoeiro do mundo, a primeira planta do algodão foi encontrada em 1536, no vale do rio Mississippi, próximo do Texas, onde, por iniciativa dos governadores daqueles territórios, se começou a desenvolver com tal interesse a sua cultura que estendendo-se a outros territórios desse país resultou ser ele hoje o detentor de 60 % da quantidade de algodão produzido no globo.

Também nas nossas colónias de África existe, desde tempos remotos, a planta do algodão, conhecida então pelo nome de «barbadeuse», havendo já na nossa legislação ultramarina, do tempo das conquistas, incitamento para o desenvolvimento da sua cultura.

Mas só em princípios de 1865, depois de se reconhecer a importância que o desenvolvimento da produção do algodão nas nossas colónias podia ter para a indústria algodoeira nacional, é que foram tomadas providências facilitando-se, no sul de Angola, a concessão de terrenos, sementes seleccionadas, instrumentos agrícolas e montaram-se as primeiras máquinas de limpeza, descaroçamento e prensagem.

Mandou-se vir do Brasil um técnico especializado da cultura do algodão, e determinou-se distribuir três prémios anuais de nove contos cada um para serem concedidos durante dez anos aos agricultores que maior desenvolvimento dessem a essa cultura e aperfeiçoamento das qualidades cultivadas.

Destas acertadas providências resultou uma progressiva exportação de algodão, atingindo em 1877 oitocentas toneladas de rama limpa.

Por razões que ignoramos, mas que devem ser as mesmas de que ainda hoje a colónia sofre, em lugar de continuar a progredir a cultura desta rica e necessária matéria prima, foi lentamente desaparecendo e diminuindo a sua produção até à miséria de uma tonelada exportada em 1903, justamente quando a nossa indústria algodoeira, consumia cerca de catorze mil toneladas de algodão que importava

A cultura do algodão

Produção e consumo geral

Necessidade imperiosa de desenvolver a sua cultura nas nossas Colónias em benefício da economia geral do País

POR MANUEL CAETANO DE OLIVEIRA

Industrial

doeira o seu concurso, criando-se na Metrópole o imposto de dez réis sobre cada quilo de algodão importado para consumo no país, imposto este que ainda hoje subsiste e cuja importância deve atingir a cifra de seis mil contos.

Em virtude deste decreto e de outras medidas então superiormente tomadas, novas tentativas se esboçam em Angola, desenvolvendo-se a cultura lá existente entre Mossamedes e Benguela, iniciando-se mais tarde outras tentativas no norte da colónia principalmente na região de Catete, margens do Quanza, Ambriz e planalto de Malange.

Com este novo esforço conseguiu a colónia aumentar a produção atingindo cerca de mil toneladas de algodão limpo—o máximo da sua produção, para novamente decair até 450 toneladas, média actual.

Deste avanço e recuo na produção do algodão em Angola se verifica que, a cultura desta matéria prima, com o consumo assegurado pelas nossas fábricas algodoeiras, pelo menos, até dezasseis vezes a quantidade máxima que a colónia tem produzido, não tem tido, por parte do Estado, aquela indispensável e persistente acção orientadora e de protecção a este ramo agrícola, a exemplo do que se faz em todos os países que, sobre este problema de cultura do algodão, têm uma melhor e mais nítida noção do seu valor.

Todos sabem que o governo dos Estados Unidos da América do Norte trata cuidadosamente e garante, até ao máximo, a cultura do algodão, em virtude do que, a sua produção média anual de 15 milhões de fardos, corresponde hoje a 2/3 da produção total do mundo.

Ninguém desconhece também, o que a Inglaterra tem gasto no Egito para construir as barragens de irrigação dos terrenos para a cultura do algodão, cujo material aplicado neste serviço, depois de ligado, daria uma volta ao globo terrestre.

Não contente com isso, a Inglaterra, sem considerar os muitos milhões de libras gastas no Egito, cria e favorece, dentro do próprio país, com auxílio seu e do imposto de 3 pences por fardo de algodão entrado para consumo, a «Empire Cotton Corporation» e a «British Cotton Growing Association», organismos estes, exclusivamente destinados a fomentar e desenvolver a cultura do algodão, não só nas suas

da América, do Brasil e de outras procedências.

Inicia-se por este tempo a construção do caminho de ferro de Benguela e, para que nos terrenos próprios para algodão e atravessados por essa linha se reanime a cultura dessa fibra, é pedido à indústria nacional algo-

colónias e protectorados, mas também em colónias alheias, sendo exemplo disso a «Cotton Estates» e «Cotton Plantation», as melhores e maiores organizações de cultura de algodão, na nossa colónia de Moçambique.

Mas não é só na América do Norte e na Inglaterra que se olha à cultura do algodão com o interesse que esse ramo agrícola merece. Podemos ver igual cuidado no Brasil, França, Bélgica, Itália, Espanha (Andaluzia) e ultimamente na Rússia.

É espantoso o esforço formidável despendido nestes últimos anos, pela União das Repúblicas Socialistas dos Sovietes para aumentar a sua produção de algodão.

Segundo os números que podemos colher no «Internacional Cotton Bulletin», verifica-se que a Rússia, antes da guerra, produzia cerca de 600 mil fardos de algodão, estando agora calculada para a colheita de 1931/1932, uma produção de 2.300.000 fardos!

Para chegar tão rapidamente a este assombroso resultado, o governo dos Sovietes, não vacilou em destinar para os vários serviços da cultura algodoeira incluindo a compra de tractores, pickers mecânicos, descaroadores, máquinas de limpeza e desinfectação de sementes, a fabulosa soma de 1.600.000.000 de rublos.

Só na Ásia Central, existiam em 1931, para lavar as terras do algodão, 7.800 tractores.

Em obras de irrigação, exclusivamente para a cultura do algodão na Transcaucásia, obras feitas sob a direcção de técnicos americanos, foram investidos 120 milhões de dollars.

Não julgando ainda bastante toda esta formidável obra de fomento, mandaram construir em Chernigove, uma fábrica moderníssima para transformar os resíduos das fibras de linho e de canhamo em algodão artificial, gastando nesta fábrica, que deve ficar pronta no próximo mês de Outubro, a quantia de 16.500.000 rublos.

Pode perguntar-se: Para que todo esse dispêndio de dinheiro quando parece haver já produção de algodão bastante para o consumo?

É que os russos, para manterem em laboração, os seus 9 milhões de fusos e 250 mil teares, precisam cerca de duzentas mil toneladas de algodão e, como não querem estar na dependência da produção alheia, consideram insufficiente, as 145 mil toneladas que actualmente colhem, nas suas plantações.

Os governos dos outros países não se limitam a exercer nas suas colónias ou protectorados, a sua cuidadosa acção orientadora e de protecção, exclusivamente à cultura do algodão.

Estendem essa acção fecunda e persistente, a todas as outras culturas de matérias primas necessárias às suas indústrias, e aos artigos de comércio e consumo que interessem a sua economia.

A guerra demonstrou-nos, com aquela insofismável verdade própria da hora das grandes fatalidades, que é preciso estarmos preparados para bastar-nos a nós próprios.

Poucos países como o nosso têm, relativamente, possessões coloniais com a exuberância de riqueza e possibilidades para nos fartar, não só trigo, milho e outros cereais, açúcar, arroz, algodão, café, sementes oleaginosas e óleos, tabacos, couros, madeiras, etc., — mas ainda, para satisfazermos as necessidades dos mercados exóticos.

Infelizmente, no nosso país, excluindo a massa anónima e ignorada que através de todos os sacrificios e vicissitudes, sem desfalecimento, lutando sempre, construiu pedra a pedra, em benefício da comunidade, o pouco que o nosso povo goza, o restante, é apenas uma rica legislação que raras vezes se executa, montanhas de boas ideias e melhores promessas que, não tendo realização, produzem mais embaraço que auxílio.

Produção e consumo geral do algodão

A produção e consumo de algodão no mundo, durante os últimos trinta anos, é representada pelos números seguintes:

Produção

Em 1910.....	19.400.000 fardos
Em 1920.....	22.830.000 >
Em 1930.....	27.748.000 >

Produção de 1930 dos países mais categorizados:

E. U. da América do Norte.....	14.514.000 fardos
Índia.....	5.260.000 >
Rússia.....	1.850.000 >
Egito.....	860.000 >
Brasil.....	470.000 >
Colónias Inglesas.....	400.000 >
Diversos.....	4.394.000 >
Total.....	27.748.000 >

Deste algodão foi consumida, pelas fábricas de fição e tecelagem, durante o mesmo periodo de tempo, a seguinte quantidade de fardos:

Em 1910.....	19.335.000 fardos
Em 1920.....	21.564.000 >
Em 1930.....	25.610.000 >

Tomando por base o preço de escudos 5\$00, por cada quilo de algodão, dar-nos-á uma média de mil escudos por fardo e portanto, 25.610.000 contos, o valor do algodão consumido por toda a Indústria algodoeira, durante o ano de 1930.

Pelos números acima, podemos verificar que o consumo do algodão em tecidos aumenta progressivamente e poderemos avaliar, o que será esse consumo, quando os 20 milhões de pretos, ainda com tanga, forem obrigados a vestir-se.

Todos os dias aparecem novas e curiosas aplicações para o emprego de tecidos de algodão. Aplica-se nas modernas construções para auxiliarem a impermeabilização dos pavimentos de cimento; nas construções de determinadas estradas, sob o pavimento destas, para lhe dar uma maior durabilidade.

Começou-se na América do Norte a substituir nos fardos de algodão a embalagem de juta por tecido daquela fibra.

É com o algodão, que no mesmo país se fabrica hoje, a maioria dos sacos de papel usados nas confeitarias e mercearias, para acondicionamento de todos os géneros de alimentação, substituindo a imundície dos trapos e anti-higiénico papel velho, com que anteriormente eram feitos esses sacos.

As fábricas nacionais refinadoras do nosso açúcar colonial tiveram há pouco a feliz ideia de acon-

dicionarem esse açúcar, em sacos de tecidos de algodão, antes de o meter em sacos de juta, o que torna muito mais limpo este género de primeira necessidade.

Na última semana do mês de Abril do ano findo, iniciou-se na Inglaterra, nos combóios que partem de Londres para o interior, o revestimento dos assentos e encostos das carruagens de 3.ª classe, com tecidos de algodão onde estão estampados ou pintados anúncios comerciais, prática esta que, por ser original e interessante, não deixará de desenvolver-se não só ali como em outros países.

Há nos Estados Unidos e na Inglaterra organizações especiais que estudam dia a dia, as novas e estranhas aplicações a dar ao tecido de algodão de maneira que, o seu consumo, não só não pare mas aumente sempre.

Devemos esclarecer que, nas indicações que damos, fazemos apenas referência à quantidade de algodão consumido pelas fábricas que fiam e tecem essa fibra, e a transformam em tecidos, sem considerarmos as quantidades formidáveis absorvidas pelo consumo do algodão hidrófilo, para explosivos e outros usos.

Por tôdas estas razões expostas entendemos ser nosso dever procurar dentro das nossas possibilidades imitar, ao menos, os outros povos, dando o maior desenvolvimento à cultura do algodão nas nossas colónias; insuflando-lhe novo impulso e novas direcções.

É o algodão uma cultura rica e largamente remuneradora, quando irrigada, ou pelo menos bem orientada.

Conhecemos a maioria das plantações do algodão em Angola e algumas em Moçambique, pelo que observámos e, dos números que colhemos em tôdas elas, dizendo respeito ao custo da sua produção, estamos autorizados, sem receio de contestação, a fazer a afirmação acima, embora com isto não queiramos dizer que não é preciso todo o auxílio que superiormente possa ser dado. Pelo contrário. Entendemos que sem ele não é possível melhorar a situação actual que continuará, com prejuízo para a economia da colónia, a envergonhar-nos a todos.

Por outro lado, a indústria nacional de fição e tecidos de algodão, pode garantir aos agricultores, o consumo de 16 a 18 milhões de quilos de algodão limpo que, além do lucro para o agricultor, enriquecerá a exportação da colónia com mais 100 a 120 mil contos.

Angola tem larguíssimas faixas de terreno que podem sem grande despesa ser facilmente irrigadas e produzir algodão em abundância.

A quantidade, côr, comprimento e resistência de fibra da maioria do algodão já produzido, é melhor do que muito do algodão americano e bastante aproximado, à qualidade de algum algodão do Egito, ao qual pode fazer franca concorrência.

Atestam estas nossas afirmações, os tecidos fabricados só com algodão de Angola e expostos na Feira das Amostras pela «Algodoeira Colonial, Limitada».

Infelizmente a maneira como em Angola é descarado a maioria do algodão, desvaloriza-o aos olhos dos nossos industriais e torna-o muitas vezes indesejável para o fabrico dos seus tecidos.

Algumas das suas oficinas de limpeza e descaroçamento do algodão existentes na colónia, espe-

cialmente a vergonhosa instalação dos Serviços de Agricultura e Comércio de Luanda, muito terá contribuído para o que acabamos de afirmar.

Estas oficinas, em lugar de limpar e descarregar o algodão, continuam a deixá-lo sujo, quebrando-lhe as fibras e, a maior parte das vezes, reduzem-no a desperdícios que só têm aplicação, no fabrico de cobertores para indígenas.

Mas, a-pesar-disso, todo o algodão colonial que aparece na metrópole é adquirido pela sua indústria que, sem o desvalorizar, o consome a-pesar-do prejuízo que muitas vezes lhe acarreta em virtude do seu mau estado de limpeza.

Algumas vezes se têm feito afirmações censurando a falta de colaboração da indústria algodoeira nacional.

Não são justas estas censuras.

A indústria algodoeira nacional, como já acima referimos, não tem negado o seu concurso e colaboração, para o desenvolvimento da cultura do algodão nas nossas colónias, sempre que este lhe é pedido.

Ainda últimamente, um grupo de fábricas do norte, por intermédio da sua organização comercial, se destacou, auxiliando dentro das suas possibilidades e directamente, alguns agricultores de algodão.

Do que a indústria algodoeira não tem culpa é que, por falta de continuidade de direcção e orientação superior, as colónias não produzam ainda, os 90 mil fardos de algodão que ela precisa, para fabricar os seus tecidos.

As nossas colónias, primeiro que tudo têm que produzir algodão.

Não é da nossa competência indicar como a cultura do algodão se deve fazer para obter a produção precisa e manter o melhor tipo já adoptado na colónia porque isso pertence aos técnicos, a quem devem ser fornecidos todos os elementos de trabalho para bem desempenharem o seu lugar acabando com muitas ilusões e alguns fracassos a que a falta duma boa orientação deu lugar. Mas compete-nos afirmar, depois do que expomos, ser absolutamente indispensável a cooperação de todos nós, para que se ponham em prática os trabalhos necessários ao desenvolvimento da produção do algodão nas nossas colónias começando por:

a)— Ampliar por mais largo tempo as regalias do decreto n.º 21.226, as quais se iriam modificando segundo a orientação que o mercado do algodão tomasse, mas sempre de maneira a garantir o estímulo do agricultor desenvolvendo ao máximo a sua cultura, sem prejuízo da qualidade, pela certeza e confiança que o decreto daria, garantindo e compensando o seu trabalho.

b)— Aplicar todo o imposto já cobrado e a cobrar pela importação do algodão para consumo da indústria nacional, auxiliando eficazmente sem falta de continuidade, base indispensável de sucesso, com êsses e outros recursos, o desenvolvimento das culturas já existentes com condições de êxito e fomentando novas culturas especialmente indígenas.

c)— Montagem imediata como início desta obra de ressurgimento, de uma instalação completa de limpeza, descaroçamento e prensagem do algodão, tendo pelo menos, esta instalação, três descaroadores com 80 serras cada um, respectivos alimentado-

(Conclue na página 14)

Página literária

FOI numa manhã dourada e alegre, com azas cintilantes no ar e zumbidos laboriosos por entre os ramos que vi aquela mulher triste, em terras distantes e agrestes de entre Capelongo a Mulondo.

Não havia brancos muitos quilômetros em volta nem a qualidade da região os atraía: lonjura enorme, mata espessa para moradia de fauna brava, clima causticante que enche a pele de livôres e o sangue de micróbios.

la a caminho do Mulondo — um pôsto desgarrado num cotovelo do Cunene, a cem quilômetros do pôsto mais próximo, que outra cousa não é senão um pôsto desgarrado também.

Estava acolhida por uma sombra magra de árvore desplumada com um bebé louro nos braços. Ao lado uma preta, enroupada em chitas europeas, aquecia no fogo uma papa amarelada para a criança. O sol queimava já a paisagem como um grande cáustico.

Era uma rapariga magra, quasi nubil, de olhos negros, profundos, que luziam tristemente numas órbitas maceradas. O seu corpito quasi esquelético, que se adivinhava fugitivo e vago sob os vestidos largos, era o de uma criança doente.

Mal a vi tive logo a impressão desoladora duma vencida — mais uma! — nessa luta com a África onde ainda há distâncias, febres, mistérios, infinitos motivos para desalentar quem a acomete.

Aquela rapariga triste em que mais se adivinhavam do que se viam, os sinais moços de menos de vinte anos, com um filho engraçado e risonho nos braços, o seu rosto ósseo exausto de lágrimas, cavado e sombrio, era de certo um romance com poucos capítulos.

E parecia-me ao mesmo tempo um espectáculo tão raro, o dessa mulher só, no meio de tão larga caminhada, em terras que são de amargo pisar e tão agreste hospitalidade que não esqueci mais o quadro da árvore mirrada, a branca vencida, a preta impassível e aquele lindo bebé que ria e que era adorável na sua loura e rosada alegria.

Era impossível ir mais além sem conhecer a história dessa mulher. Nas cidades onde as dores e as alegrias se chocam e fazem multidão difícil de distinguir, onde os mistérios são fáceis de recolher e guardar, nem sempre se descortinam as grandes tragédias — e quando se descortinam nem sempre interessam. No mato é diferente: tudo se vê porque nada é possível esconder; tudo se conta porque a tendên-

Aquela branca

: : no mato : :

POR ANGELO DINIZ



FEVEREIRO 1935

cia humana de desabaçar não conhece nem atende às reservas que o espírito de defesas nos meios civilizados impõe. Um mistério com que se topa é um enigma decifrado ao cabo de meia hora — porque duas pessoas que se encontram são sempre duas pessoas que se conhecem pouco depois.

Afinal a história era banal em África

—nessa África onde os brancos são raros e onde a mulher, por ser mais rara ainda, não encontra o lugar que tem nas sociedades europeas.

Por volta dos quinze anos, espigada e linda, começou a ser requestada com a insistência e o *afan* que leva o homem a procurar a mulher, nas sociedades em que elas não abundam. Os pais escolheram-lhe o marido que lhe convinha. Ela, por seu lado, elegia o que lhe agradava. O primeiro era rude, trabalhador, sério — o segundo era mais novo, tinha cabelos louros, vestia melhor.

Por mais camiliano que fôsse o pai, a pequena triunfou. E pelos dezassete anos casou com o seu galan — chefe de pôsto nesse Mulondo desgarrado, onde não pára alma branca e os dias se consomem isolados e tristes, com a sensação penosa de se viver no fim do mundo.

Quinze dias depois de casada, mal desiludida ainda do romance que todos os noivos imaginam, era o marido processado por uma falcatura que praticara.

Empenso imediatamente foi-se a Benguela com a mulher — para tratar do seu processo. É uma ocupação de alguns funcionários: tratarem dos seus processos.

Em Benguela procurou conquistar influências e ganhar amparos que lhe valessem. A escuridão do caso, os argumentos de que se servia, as desculpas que apresentava não eram, ao que parece, bastante sólidas para lhe grangear apóio que o livrasse da cadeia.

E então, como a mulher era fresca e cobiçada, como o seu corpito airoso fazia parar na rua os homens e suscitava essa saúde física da branca, tão vulgar em terras de Angola — o nosso homem jogou aquele trunfo. E vá de empurrar a mulher para as secretarias, para os gabinetes, para onde quer que fôsse que ela lhe pudesse valer.

Resistiu a pequena à transacção por revolta duma ilusão romanesca desfeita, por sentimento de honestidade herdado de pais íntegros, por desamor

(Conclue na página 14)

Da visita realizada à Feira de Amstras verifica-se que a representação industrial da Metrópole, pela variedade dos artigos apresentados, pelo seu acabamento, pode sem exagerado ou errado patriotismo, sofrer a comparação com a indústria estrangeira.

Os mostruários apresentados não foram preparados especialmente para esta Feira, constituem pelo contrário, na sua maioria, artigos já algum tempo correntes na indústria e no comércio da Metrópole.

Contudo a verdade é que, Moçambique, tem ido procurar artigos similares ao estrangeiro.

Por falta de espírito nacionalista, por desconhecimento do progresso do país?

Não. Simples e especialmente por falta de ambiente comercial entre a Metrópole e a Colónia, por falta dum comércio de exportação para a Metrópole, comércio que lhe assegurasse as coberturas necessárias para as importações que de lá fizesse.

Interessa portanto criar o ambiente favorável e, para isso, retinfram aqui os industriais e comerciantes da Metrópole com os das Colónias.

Interessa também aumentar a exportação para Portugal.

Mas o que pode a Colónia exportar para a Metrópole?

As matérias primas para as indústrias metropolitanas e até alguns produtos da sua indústria local, como por exemplo os óleos.

Terá a Metrópole capacidade para receber essa produção?

Tem, e basta para o verificar, lançar os olhos para os mapas seguintes, elaborados sem pretensões, duma simplicidade flagrante, que quasi falam e dizem mais, do que tudo o que eu vos poderia dizer.

Eles deveriam ser impressos, distribuídos profusamente, entrar nas oficinas, nos lares do operário humilde e nos gabinetes daqueles que têm responsabilidades no Governo do País.

A Metrópole importou em 1930:

Açúcar	64.561.085 quilos
Milho	83.455.906 "
Algodão	17.968.261 "
Cascas tanantes	83.872 "
Chá	300.504 "
Feijão	3.393.686 "
Sisal	794.252 "
Oleaginosas	36.793.746 "
Óleos gordos e vegetais	4.201.849 "
Peles e couros	2.366.554 "
Tabaco em folha	3.161.424 "
Sumaúma	66.672 "

Para essa importação Moçambique contribuiu com:

Açúcar	44.643.106 quilos
Milho	6.884.414 "
Algodão	189.808 "
Chá	2.047 "
Feijão	41.836 "
Sisal	492.874 "
Oleaginosas	609.604 "
Óleos gordos vegetais	1.117 "
Peles e couros	77.976 "
Tabaco em folha	449.108 "
Sumaúma	50 "

E o estrangeiro contribuiu com:

Açúcar	6.085.378 quilos
Milho	13.264.16s "
Algodão	17.137.779 "
Cascas tanantes	83.872 "
Chá	298.288 "
Feijão	2.720.712 "
Sisal	305.582 "
Oleaginosas	6.908.596 "
Óleos gordos vegetais	997.789 "
Peles e couros	1.588.781 "
Tabaco em folha	2.712.319 "
Sumaúma	66.143 "

As matérias primas de Moçambique no mercado da Metrópole

Legislação algodoeira e sua influência sôbre a cultura

(Da memória apresentada à Conferência Comercial de Lourenço Marques)

POR C. MELO VIEIRA

Importa portanto do estrangeiro quando tem nas suas colónias matérias primas disponíveis e possibilidades de aumentar a sua produção.

Por outro lado Moçambique exportou no mesmo ano para o estrangeiro:

Açúcar	5.016.617 quilos
Milho	24.093.558 "
Algodão	1.521.107 "
Cascas tanantes (mangal)	3.657.588 "
Chá	44.873 "
Feijão	1.376.389 "
Sisal	10.186.526 "
Oleaginosas	56.226.897 "
Óleos gordos vegetais	1.641.744 "
Peles e couros	169.464 "
Tabaco em folha	16.554 "
Sumaúma	5.075 "

Os principais mercados para a venda dos géneros de Moçambique são, Marselha, Liverpool, Hamburgo, que distam de Lourenço Marques muito mais do que Lisboa ou Pôrto.

A questão dos preços de transporte é importante e de considerar mas nunca impossível de resolver, porque as mercadorias carregadas em barcos estrangeiros e portanto fora da possibilidade de protecções nacionais, vão até aos grandes mercados europeus concorrer com os de origem estrangeira.

À Metrópole mais do que Moçambique cabe o papel de encerrar em conjunto as necessidades do seu Império e procurar resolver as questões que afectam e dificultam a concorrência e barateamento dos fretes e encargos de exportação.

À Colónia compete procurar produzir o mais barato possível, reduzir as despesas de transporte até aos cais e despesas de embarque, e garantir os tipos dos produtos que exporta, assegurando a sua pureza e genuinidade.

E finalmente a ambas em conjunto, utilizando os organismos económicos já existentes ou criando outros, compete manter e intensificar o intercâmbio comercial, para o que será necessário e indispensável, a propaganda apropriada e a existência de mostruários permanentes, acompanhados dum serviço de informações.

Portugal tem que comprar nos seus domínios as matérias primas para a sua indústria, não só para as subtrair às exigências

insuportáveis mas também, para garantir nas Colónias, os mercados para os seus produtos.

Não é isto trabalho extraordinário para Portugal que se tem estado a descobrir constantemente e vem descobrir as suas colónias, interessando-as no seu problema de valorização, não como possessões mas como verdadeiros valores económicos.

No que se refere a Moçambique, a sua valorização só se pode fazer — a avaliar pelos elementos conhecidos — pela sua agricultura.

É preciso caminhar com cuidado e método e evitar os entusiasmos irreflectidos, como por exemplo o havido com o algodão cujas consequências desastrosas são grandes responsáveis pela situação que atravessa a agricultura em Moçambique.

A organização dos serviços agrícolas não é eficiente, não pode dar aos agricultores que já hoje trabalham na Colónia e não são tão poucos como pode parecer, pois no último recenseamento o seu número era de 1094, a assistência de que eles carecem. É uma verdade indiscutível, mas não se me afigura o momento nem o local apropriado sequer, para esboçar as bases a que deve obedecer a sua reorganização, porque não nos devemos esquecer que estamos aqui reunidos em conferência comercial.

Dentro deste programa interessa de momento e em especial, o algodão.

É interessa o algodão, pelo facto de ser manifesta a intenção do Governo Central, em promover o fomento da sua cultura nas Colónias.

Embora não seja nova a cultura do algodoeiro em Moçambique, o que é certo é que ela está ainda, no que se refere às diretrizes a seguir, dentro do campo do estudo.

São de grande importância os trabalhos que há a fazer para o conhecimento das possibilidades técnicas e económicas, não esquecendo nunca que estas, subordinam aquelas.

A estas questões, outras se encadeiam numa série indefinida, e todas elas têm que ser cuidadosamente estudadas, para garantia de éxito.

Os problemas da sua produção agrícola, pela sua complexidade, não podem ser estudados senão em conjunto com os outros problemas da administração colonial.

Encarar isoladamente o problema agrícola ou qualquer dos outros, é caminhar para o insucesso, possivelmente para resultados negativos.

Sabe-se que a Metrópole, tem capacidade para um consumo de cerca de 18.000 toneladas de fibra de algodão, com um valor aproximado de 140.000 contos, para o qual Moçambique não chega a contribuir com a décima parte.

Não falta legislação tendente a promover o incremento da cultura nas colónias, mas esse objectivo não foi alcançado porque, independentemente da situação do mercado mundial, essa legislação não foi acompanhada das medidas necessárias à sua efectivação.

As tentativas oficiais juntaram-se as particulares com o mesmo intuito, mas pela insuficiência dos meios técnicos e financeiros postos à sua disposição, certo é que, essas tentativas, não têm sido em geral bem sucedidas. Aos prejuízos materiais que tal ocasiona acrescem ainda, os derivados da descrença, do desânimo e do descrédito, que são muito piores.

O Governo Central, pretendendo orientar e estimular a produção algodoeira nas colónias e baseado nas experiências estrangeiras como consta dos seus considerandos, publicou em 1926 o decreto n.º 11.994.

Não pode porém ser posto em completa execução esse de-

creto, porque não foi precedido do necessário estudo, nem acompanhado de medidas orientadas no sentido de dar um desenvolvimento harmónico, aos organismos que tinham que intervir na sua execução.

No campo agrícola, mais do que em qualquer outro, a experiência alheia, não pode servir para mais do que uma simples indicação, sendo indispensável a experiência própria e local, orientada para objectivos previamente estabelecidos e aplicando métodos de trabalho e princípios inspirados pelas condições do meio. É porque as organizações existentes eram deficientes em comparação às dos países em cuja experiência o governo se baseou, embora sejam de louvar os intuítos do legislador, não resultou da sua aplicação, mais do que, a instalação de algumas fábricas de descarocamento e enfiagem no norte da Colónia e o pedido de algumas zonas para a instalação de outras.

Estas mesmas fábricas, atravessam um período bastante difícil porque contavam quasi que exclusivamente com a produção do indígena que não estava preparado, não existindo tão pouco na Colónia, a já citada experiência própria que permitisse afoita e honestamente a sua orientação.

Neste caso, ainda é mais complexo o estabelecimento do critério a seguir para fixar essa orientação, porque, independentemente das condições do meio serem muito variáveis, não nos podemos esquecer de que se pretende atuar sobre povos, cujos hábitos e civilizações estão muito distanciados dos nossos e até entre eles diferem, de região para região.

O estudo destas condições impunha-se e impõe-se como medida primordial para evitar o cair-se em generalizações perigosas.

Estes trabalhos são morosos, especialmente aqueles que se referem ao estudo do meio agrícola, e nem sempre se coadunam com a impaciência da época.

As grandes colações alcançadas no período post-guerra, criaram uma onda de entusiasmo que arrasou os agricultores a dedicarem à cultura do algodoeiro grandes áreas e a investirem nelas grandes capitais, a maior parte das vezes, obtidos à custa do crédito.

Essas grandes colações, porém, não eram motivadas por um poder de compra firmemente estabelecido sobre um consumo crescente e assim não se puderam manter.

O desastre que sucedeu na Colónia não é mais do que um reflexo do sucedido nos grandes países produtores.

Os governos americano e egípcio, no intuito de contrabalançarem a baixa e para impedirem que ela se acentuasse e causasse maior desânimo e ruína aos produtores, compraram, por intermédio de organismos especiais, grandes quantidades de algodão.

A América do Norte, só por si e pelo seu Federal Farming Board, adquiriu e armazenou 1.300.000 fardos que constituem um stock julgado suficiente para evitar especulações.

Estas operações não são já hoje consideradas boas pelos industriais, receando que dum momento para outro, o governo lance no mercado esses stocks, o que traria graves perturbações às suas indústrias.

O Dr. Ezucker, na última conferência algodoeira de Paris, em Junho de 1931 referindo-se a elas disse que, o Governo Americano destronou o rei algodão e implantou uma ditadura socialista utilizando o dinheiro de todos os seus cidadãos, podendo fazer aquilo que nenhum indivíduo ou trust seria capaz de fazer porque nenhum poderia dispor de iguais recursos, nem teria possibilidades de repartir por tantos, o prejuízo e ameaçando com esse stock as bolsas de algodão.

O Governo Americano defende esta operação pela necessidade que tem de evitar maiores desastres porque, estando a fazer intensa propaganda para redução das áreas cultivadas e para o abandono daquelas que não garantam o razoável rendimento não poderiam também abandonar os agricultores, à especulação industrial.

O Governo do Egito, segundo declarações na mesma Conferência, comprometeu-se a não vender dos seus stocks, mais de 100.000 fardos por ano e em pequenos lotes, de forma a não provocar oscilações bruscas.

O desejo dos industriais textéis ali reunidos, seria obter do Governo Americano declaração idêntica à do Governo Egípcio.

Para a solução da crise algodoeira nem sempre são concordes nem harmónicos os interesses dos produtos e industriais.

Portugal que compra ao estrangeiro mais de 9/10 de algodão necessário às suas indústrias e vendo drenar o seu ouro, não podia alhear-se do problema e procurou promover o fomento da cultura

do algodão das colónias e em vez de imobilizar capitais na compra de stocks, promulgou além do já citado decreto 11.994, os decretos 20.935 e 21.226 do corrente ano.

O primeiro determina a aplicação de adicionais às taxas dos direitos aduaneiros que incidem sobre as mercadorias importadas no continente e ilhas adjacentes.

Os adicionais aplicados aos tecidos e fios de algodão, podem pelo Governo Central ser destinados ao auxílio da produção e exportação para o continente, de algodão das colónias.

O último decreto citado e que é aquele que maior interesse está despertando, tem por principais objectivos:

- a) O fomento da cultura entre europeus e indígenas;
- b) A criação de prémios de produção;
- c) O estabelecimento de prémios de exportação.

Para o fomento da cultura e pagamento de prémios de produção, cria um adicional de 15 % sobre todos os tecidos e fios de algodão de origem estrangeira importados na Colónia.

Os prémios de exportação serão pagos pela Metrópole pela receita criada pelo decreto 20.935.

Ao passo que os prémios de exportação, são criados para vigorar até 30 de Junho de 1954, os de produção e as verbas necessárias para o fomento, continuarão em vigor.

Impossível porém fixar o seu montante e duração porque é de prever uma diminuição na importação do estrangeiro de fios e tecidos de algodão.

O período estabelecido para o pagamento dos prémios de exportação é curto se não vier a dar-se a melhoria das cotações, pois do trabalho de estudo e experimentação a que tanto nos temos referido e que é necessário realizar, não se poderá nesse espaço de tempo tirar conclusões que permitam estabelecer a cultura em bases estáveis.

É indispensável que a Colónia entre abertamente por este campo, criando organismos devidamente dotados e com finalidades bem definidas.

Não é de admirar que tal suceda num país novo quando todos investem na experimentação, uma grande parte das suas receitas, com a certeza antecipada de que é esse o único caminho racional a seguir. A própria América, tantas vezes citada como exemplo de terra progressiva, e onde os Serviços Agrícolas são modelares, reconheceu a necessidade de aumentar as verbas destinadas às suas Estações Experimentais, às quais destina hoje 4.500.000 dólares, a que há a acrescentar os fundos próprios dessas estações no valor de 18.000.000 dólares.

Os trabalhos de experiência e investigação, acham-se lá distribuídos por mais de 1.000 organismos e visam o estudo dos problemas locais, regionais e nacionais.

A simples inclusão de verbas no orçamento não resolve a situação. O programa esboçado no decreto 21.226 apoia-se constantemente nos Serviços Agrícolas.

Mas o fomento da cultura algodoeira não pode ser considerado isoladamente, não deve desintegrar-se do problema agrícola da Colónia, tem que solucionar-se dentro dum plano geral de fomento que tenha em consideração as suas possibilidades actuais, as necessidades da Metrópole e as condições económicas da cultura, caso contrário, longe de trazer prosperidades, pode caminhar, na miragem dos prémios, grandes áreas para esta cultura com abandono de outras, caminho seguro para constantes apreensões e muitas vezes, para desastres irremediáveis.

As dificuldades que hoje se encontram para a execução dum tal programa subsistirão até ao dia em que uma organização racional seja dada a esses Serviços.

Em minha opinião é esse o primeiro trabalho a realizar.

O Governo Central com o decreto 21.226 generalizou a doutrina, no que se refere à protecção ao produtor e ao exportador, das matérias primas das suas colónias, até então limitada às açucares, procurando po-los ao abrigo da depressão mundial das cotações.

Mas essa protecção, a prosseguir-se neste caminho, não é justo limitar-se ao algodão, há que considerar os outros ramos da actividade agrícola da Colónia.

Esta política de protecção, ou manutenção de cotações artificiais, quando não seja acompanhada de medidas adequadas no promover a melhoria de todos os outros factores que influam no

Dr. Agostinho de Campos

Retoma neste número a sua colaboração na *Portugal Colonial* o sr. dr. Agostinho de Campos, com as suas «Cartas para as Colónias». O acontecimento, coincidindo com o aniversário da nossa revista, é um verdadeiro presente de anos para nós e para tantos leitores que, nas colónias, admiram o ilustre escritor. Ficam assim cabalmente respondidas todas as cartas que temos recebido perguntando quando reapareceriam as «Cartas» do sr. dr. Agostinho de Campos.

Homens de amanhã



Duas amostras de indígenas

preço da produção e despesas de exportação, não poderá conduzir ao êxito, porque essa protecção tem que limitar-se a períodos pequenos e atinge somente determinados produtos, conduzindo a excepções que acarretam reparos.

Portugal está seguindo a, discutível, lendência internacional de cada país, cada nação, bastar-se a si próprio.

A execução de Feiras de Amostras nas Colónias e de Conferências Comerciais demonstra claramente essa orientação, sendo de esperar que, desta primeira realizada na Colónia, os melhores resultados se colham, para o intercâmbio Moçambique-Metrópole.

Resumindo :

a) — Torna-se necessário que a Metrópole adquira em Moçambique as matérias primas de que carece;

b) — É indispensável que o Governo Central organize um plano geral de fomento das suas Colónias;

c) — Para êxito desse plano e mesmo para recolha dos elementos indispensáveis para a sua elaboração, é urgente e indispensável a organização dos seus serviços técnicos e em especial dos agrícolas;

d) — As protecções estabelecidas pela actual legislação algodoeira, se não forem acompanhadas pelo desenvolvimento dos órgãos encarregados da sua execução, não poderão estabelecer o fomento algodoeiro em bases estáveis;

e) — A protecção dada ao açúcar e ao algodão deve ser generalizada a outras culturas.

DA IMPRENSA

IMPRENSA ESTRAN- GEIRA

T R A N S

A insistência com que a Alemanha, sentindo renascer as suas forças e enfraquecer o entendimento entre os aliados, reclama uma revisão territorial dos tratados, toma um aspecto trágico se evocarmos esse período da História que vai de 1890 a 1914, em que o Império Alemão era a formidável potência militar que se sabe e em que se sonhava, em Berlim, com o domínio universal.

Talvez não seja inoportuno recordar este período, àqueles homens de Estado e diplomados que rapidamente se esqueceram de certos acontecimentos... É um período que tem com aquele em que vivemos — e guardadas as devidas proporções — analogias perturbadoras.

Nesse tempo estendia-se o Império Alemão desde Memel até Strasburgo; compreendia o corredor de Dantzig, a Alta Silésia, Eupen e Malmédy, a Alsácia-Lorena; tinha colónias... e todavia, então como hoje, sonhava com uma revisão das fronteiras do Reich, e, como hoje também, a imprensa alemã fazia grande alarido em volta dessa revisão necessária procurando interessar bem o povo alemão.

Até as crianças — justamente a geração que hoje se encontra à frente dos negócios públicos — eram instruídas em consequência. Os livros clássicos, entre os quais o atlas de Berdrow, ensinavam que o Império Alemão estava «incompleto»; que deveria, tarde ou cedo, incorporar nas suas fronteiras os vinte milhões de alemães que viviam em França, na Austria, na Bélgica, na Suíça, na Holanda, na Dinamarca e mesmo na Rússia; que de modo algum poderia manter-se e parar nas suas fronteiras políticas.

São estes os dados que alimentaram o espírito das crianças que são os dirigentes da Alemanha de hoje.

Além disto aprenderam que a França, nação decadente e demasiadamente rica, devia ser espartilhada.

As brochuras e os grandes volumes que formulam a teoria e as modalidades dum engrandecimento formidável da Alemanha, à custa dos seus vizinhos, são inúmeros.

Um deles, destinado às elites intelectuais e baseado em dados

científicos foi traduzido em francês. É a obra de Tanneberg intitulada «Uma Alemanha maior. A obra do século XX», publicada em 1911 pela livraria Payot em Paris. Este documento incorpora na Alemanha, a Bélgica, a Holanda, a Suíça, a Boémia e a Austria, e toma à França os Vosges com Épinal; a Meurthe-et-Moselle com Nancy, Lunéville e Toul; a metade do Meuse com Verdun; a metade das Ardenas com Sedan: Total, 17.000 quilómetros quadrados de território com 1.500.000 habitantes. Tudo isso devia formar a *Francônia Ocidental* com a capital em Nancy, a qual conservaria um corpo de exército e uma Universidade...

As colónias francesas seriam partilhadas com a Inglaterra em reconhecimento pela sua mutualidade na questão.

A Alemanha ficaria com o Congo francês que formaria um bloco com o Congo belga, o Camarão e Angola; Madagascar e as suas dependências; o Cambodge, a Cochinchina e o Annam — e isso seria «o primeiro passo do povo alemão para obter a situação a que tinha direito pela sua importância, no concerto das nações».

«O primeiro passo!»... Como os leitores vêem, mesmo nesse tempo, o povo alemão sentia-se ainda longe dos seus objectivos.

O Despertar da Alemanha

A revisão das fronteiras antes e depois da guerra

Do jornal «La Liberté» de 24-1-933

Em 6 de Agosto de 1914, os soldados da minha companhia que acabavam de desembarcar em Charay, perto de Verdun, traziam-me um livro que tinham encontrado no seu acantonamento e que, na tradução, era assim intitulado: «A partilha da França. O sonho do Kaiser».

A capa do livro continha uma capa em que eram representadas em amarelo, verde, rosa e azul as faixas do território francês, equitativamente repartidas entre a Alemanha, a Itália, a Inglaterra e a Espanha. A Inglaterra tinha a parte ao norte do Somme; a Itália o sul do Rodano e da Garonne até ao Mediterrâneo e aos Pireneus; a Espanha o país basco, e a Alemanha o resto...

É inútil acrescentar que este livro obteve um franco êxito de hilaridade entre os nossos soldados.

Eis o que se escrevia, se dizia e se projectava na Alemanha antes de 1914.

A guerra teria mudado estas ideias?
É o que vamos ver em artigos sucessivos.

LOUIS D'ORIGNAC

tanta gente não alcançou ainda: É que nas colónias há uma cultura, uma vida, e um meio que não são positivamente os duma terra de presos.

Colónias francesas

Um diploma do governador geral de Madagascar anuncia que, durante o primeiro trimestre deste ano, será distribuído um bônus de Frs. 1,15 por quilo, sobre todo o café exportado da ilha. A mandioca e a farinha de mandioca exportadas receberão, um bônus de Frs. 100 por tonelada. A fécula de mandioca e a tapioca receberão 250 frs. por tonelada. O siscaal 800 frs. por tonelada.

COLONIAL

CREVE-SE

IMPRENSA PORTU- GUESA

A imprensa estrangeira publica, ocasionalmente artigos que desencadeiam em Portugal protestos de patriotismo exaltado, clamorosas afirmações de soberania ferida e todo um nervosismo, possivelmente louvável na sua essência mas, exagerado e portanto desnecessário. Referimo-nos a certas ambições estrangeiras, de que essa imprensa se faz eco, sobre os nossos domínios do Ultramar.

Ora com impertinência, ora sob formas veladas, sujeitos desconhecidos, sem importância alguma, de pouca categoria, sem directrizes fornecidas pelos seus governos, insinuam ou declaram que as colónias portuguesas ou parte delas ficariam muito melhor nas mãos e sob o domínio de outros proprietários. Estas lucubrações de carácter individual acendem até ao rubro o nosso encandecido patriotismo. Sentimo-nos logo em perigo, à beira do abismo, como se fossemos uma nação miserável, condenada, isolada, sem tradições de força e de nobreza, sem vitalidade, incapaz duma acção

energica de conjunto para a defesa dum interesse sagrado; e os nossos clamores de protesto, tão exagerados quanto inúteis, embora nascidos dum nobre sentimento, prejudicam-nos estabelecendo a curiosidade em volta do assunto e fazendo uma «réclame», bem escusada à ideia propalada por um sonhador atrevido!

Estes sobresaltos da nossa indignação, estes temores aparentes que parecem uma demonstração de fraqueza ainda teriam razão de ser se esses artigos representassem tentativas sugestionadas pelos governos sem escrúpulo de nações ambiciosas... mas não é este o caso... os artigos emanam sempre de personalidades anónimas que lançam ao papel ideias pessoais e opiniões particulares; a nossa indignação e o nosso estranho temor não sendo, portanto, realmente justificados, tornam-se prejudiciais.

Devemos examinar esses incidentes com o calmo olhar da indiferença, com o desprezo daqueles que têm a consciência exacta do seu Direito, do seu Valor, da sua Energia e da sua Capacidade. Devemos deixá-los sem resposta ou comentá-los apenas com bom humor e uma ponta de ironia. Deixando-os sem resposta criamos o vácuo em torno deles, isolamo-los e serão como vozes apagadas que bradam no deserto. Dando-lhes importância, respondendo, clamando por socorro, trazemo-los à ribalta da publicidade mundial, dando-lhes vigor, aparências de realidade e a falsa impressão de que nos sentimos fracos para poder resistir à sua intenção!

Tenhamos o sentido exacto das proporções. São palavras no ar; cada país alberga um Schmidt ou um Brown ou um Durand qualquer, que se julga digno émulo dum Enes, dum Couceiro, dum Rhodes ou Livingston, que se julga chamado a guiar a política colonial do seu país e que é mordido pela tarântula do escrevinhador... As colunas da imprensa mundial estão infelizmente abertas a todas as fantasias, por absurdas que sejam, quando as assinam um Pacheco, um Acácio qualquer, que se tenha guindado à categoria de técnico platónico, em matéria que possa interessar o leitor.

Pacheco-Acácio, germânico, britânico ou italiano toma a sua pena e, num belo cursivo, entorna a esmo ideias, sonhos, planos cheios de cor que nada significam de concreto ou possível, que não representam a sombra de um perigo. Sermones não encomendados, filhos da ignorância, não merecem sequer a honra de um reparo.

Podem declarar-nos que existem esiadados cubiçosos capazes de orientarem políticas atentatórias de direitos alheios... não o negaremos, mas os tempos passaram em que cubiças dessas podiam transformar-se numa realidade. As nações vivem cercadas duma rede de convenções, seguranças, alianças, que são uma coragem difícil de romper e o perigo que tais cubiças possam representar

é, na verdade, diminuto.

O Império Português é uma muralha sólida, rijamente cimentada com o sangue e o esforço de muitas gerações, cravadas ao centro dela estão as cinco quas e os sete castelos! Muralhas assim construídas, muralhas assim marcadas, não têm que temer o assalto grotesco de vagos plumitivos, nem mesmo as ambições de potências invejosas. É uma muralha sem fendas esta muralha do Império, e é pouco digno daqueles que a construíram este hábito que tomamos de gritar — Aqui d'El-Rei! — se olham para ela com olhos de cubiça.

Temos uma grande obra, devemos valorizá-la, exaltá-la, desprezando as locubrações que tentam amesquinhá-la. Mas devemos cuidar, sobretudo, de não sermos nós próprios a enfraquecer a obra com afirmações levianas que, embora muita vez, não sendo de gravidade servem, por virem de onde vêm, de lógico pretexto para ideias falsas que permitem a dúvida em espíritos alheios.

Temos a desastrosa mania de aceitar, de exagerar, de espalhar boatos, por vezes inofensivos, propalados por ignorantes. Também temos a mania de remexer as cinzas duma fogueira que morre, para dela fazermos um incêndio cujos clarões só nos desprestigiam. Para citar um só exemplo, recordaremos o célebre caso do relatório Ross; aquele vago missionário que, tendo descoberto alguns casos isolados de maus tratos a indígenas na África

Patriotismo errado

Transcrito de «O Jornal do Comércio e das Colónias» de 20-1-933

Portuguesa, os apresentou em relatório à S. D. N. Não causou na assembleia a mínima impressão, era a opinião sem valor dum particular sem autoridade, e a S. D. N. arquivou-o sem demora. Pois não tardou que alguém o fosse desenterrar na poeira em que jazia, e o trouxesse à luz, e erguesse em torno dele uma notoriedade que a imprensa portuguesa cultivou com grande e patriótico estrodo... Aquele que o desenterrou era um português, e assim, com a melhor das intenções e a mais ingénua das faltas de previsão, foram portugueses que puzeram em foco uma acusação infundada e banal, mas desagradável que, sem esta intervenção de mal compreendido patriotismo, nunca teria sido conhecida!

Quando seja necessário saibamos dar um sêco desmentido a qualquer insinuação, mas para além disso nunca devemos ir... é inútil, portanto, é um erro! Defendamo-nos quando isso seja preciso, e deixemos falar quem fala com ignorância ou quem avente utopias sem autoridade. Côscios do nosso direito, tenhamos a dignidade dos fortes que reside no desprezo de todas as coisas mesquinhas.

Para mostrar como caímos facilmente no erro e no exagero nocivo, para se ver como de ânimo leve, espalhamos notícias que podem, em mãos alheias, voltar-se contra nós, basta-nos citar um artigo recente, vindo a público num jornal português, acerca dum pretenso despoamento de Angola! Num período de 16 anos de 1912 a 1928 a população de Angola teria caído de sete a dois milhões e meio!

Afirmações deste género, mal provadas, soltas sem reflectir na sua possível repercussão, devem redundar numa crítica à nossa administração colonial. O facto em si é de importância muito relativa, o estudo das estatísticas dos relatórios oficiais bastam para o rebater vitoriosamente, mas torna-se grave porque, aqueles que fazem ciência com o auxílio dos recortes dos jornais, as pessoas de má fé, e o estrangeiro atento, o podem invocar em detrimento da verdade, utilizando-o com fins que nos sejam porventura nocivos. Pequenas causas provocam, muita vez, grandes efeitos e toda a prudência é pouca quando está em jogo o sagrado interesse da Pátria.

O governo não pode, é claro, desmentir todas as atoardas que se publicam, a não ser num caso de inconfidência que repouse sobre bases sólidas e contra o qual, teria que impor a sua autoridade. Somos nós, os que escrevem, é a imprensa, sobretudo, a quem compete evitar notícias deste género e repór, quando escapem, as coisas nos seus devidos termos, sobriamente e sem nervosismos.

Tentaremos dar o exemplo, respondendo nos limites da verdade a questão de que falamos:

As quebras de natalidade, a diminuição mais ou menos brusca dum população são fenómenos possíveis e que se têm dado em África, mas foram sempre determinados por razões que felizmente não existiram em Angola. Fomes ou manejos políticos, como no Congo Belga, que muito exageradamente foram explorados dando lugar a dizer-se que de 30 milhões de negros só 8 milhões restavam; devastações e chacinas como na Zululândia no tempo dos massacres de Tchaca que, em menos de um ano, mataram um milhão de homens; exodos como na Cafraria inglesa em 1857; guerras, revoltas, epidemias, espirito vagabundo ou superstições indígenas deslocaram ou fizeram perecer grandes massas de gente. Casos violentos, extraordinários que não servem de exemplo para o que se passa em Angola, onde decerto se não deu, no espaço de 16 anos, uma quebra catastrófica de cinco milhões de almas.

Sempre se falou em África de quedas demográficas. É um estranho «leit-motiv» que volta periodicamente para glória dos pessimistas, para tédio daqueles que fazem oficialmente o censo das populações.

Os números variam e são confusos; colhidos sem estudo sério, aceites com levandade, representam opiniões pessoais que não correspondem à verdade. Autoridades houve que assim se deixaram iludir. Em 1924 o general Norton de Matos dá para Angola a cifra de cinco milhões, Vicente Ferreira em 1927 declara quatro milhões. Os mapas de Teixeira de Sousa em 1889 não alcançam um milhão, o censo de 1926 apresenta dois milhões e meio.

Se compararmos, contudo, certas estatísticas do século XIX com as que hoje temos, verificamos que os números se aproximam muito, não havendo portanto um desnível notável na demografia de Angola. Se estudarmos todos os recenseamentos feitos através de longos anos, elaborados por dezenas de funcionários diversos, com processos diferentes, continuamos a notar que, a situação demográfica de Angola, se teve oscilações, não variou no seu todo.

E temos mais razões para rebater a afirmação de quebra: As cifras oficiais dos relatórios de saúde, indicam um excesso de nascimento sobre os óbitos, e se alguns desses relatórios não forem perfeitamente seguros a sua soma dá-nos, contudo, uma ideia geral da marcha demográfica ascendente da colónia.

É lógico que ascenda; o serviço de saúde, a assistência e a protecção ao indígena, a obra de colonização, as medidas de higiene medical, o combate encarnizado à tsé-tsé, a ausência de guerras e de epidemias, a autoridade que impomos e que impede os conflitos de raças e de tribus, as entradas de negros para o nosso território, tudo isto são razões de peso, razões insofismáveis para que se possa afirmar, sem receio de errar, que sob a administração portuguesa se não deu, nem poderia dar uma diminuição demográfica da ordem mencionada!

Sob todos os pontos de vista, Angola e todo o Império, progredem, não recuam, e zela-se em Portugal e trabalha-se afinadamente para que esse progresso aumente cada dia! Auxiliemos a obra com todas as nossas forças, com toda a nossa vontade, e não sejamos nós próprios que, por levandade e desejos infantis dum público que nos leia, minemos essa obra, dando alento a fábulas de que outros tirarão proveito.

Referências e transcrições

A revista de cultura *Le Mois* transcreveu e comentou o artigo da nossa revista sobre a imigração de asiáticos em Moçambique. *L'Azione Coloniale* com o título "Bom senso português," transcreveu a crónica do mês sobre "A política e as colónias."

Também alguns jornais das colónias se têm referido à nossa revista, e em especial a esta crónica, em termos captivantes. Os nossos agradecimentos.

É certo que sobre "A política e as colónias," — a crónica referida — também houve um jornal que fez referências que não podem considerar-se amáveis.

A pesar de termos tratado objectivamente um problema, não conseguimos evitar que affissem a carapuça aqueles a quem ela servia.

É uma manifestação de consciência que cumpre registar — muito embora não tivéssemos a intenção de visar ninguém, nem nos interessem discussões janelleiras com quem quer que seja que delas viva.

Aquela branca no mato

(Conclusão da página 8)

a tantos que a cubicavam — por orgulho de mulher naturalmente. E logo o chefe de posto a teve como inimiga: A mulher que não valia ao marido numa situação difícil.

Entre os dois inimigos a luta foi cruenta. Parece que êle conseguiu libertar-se do processo, pois lá pontificava ainda no Mulondo — mas entre ambos tudo se tinha quebrado. O posto aparecia então com todos os horrores do seu isolamento.

A longes distâncias de tempo passava um ou outro branco que dava notícias do mundo e mais a acorrentavam àquela tristeza de exilada. Entre as quatro paredes nuas da casa, donde se via uma paisagem larga e insuperável como a do mar, ela fazia milagres para evitar a presença do marido; êle batia-lhe de quando em quando para dar largas a um ódio que subia.

Na cidade o pai recusava-se a ver a filha que não quisera seguir os seus conselhos:

— Casou como quis?... Aguenta-se.

Pouco a pouco ela foi conhecendo as maiores humilhações, os espectáculos mais degradantes: as bacanais com pretas, as perseguições furiosas — até, de certa altura em diante, a inversão sexual do marido.

Queria fugir ou morrer. Entretanto ia enlouquecendo aos bocados.

Quando a encontrei regressava ela ao Mulondo depois duns dias de férias em casa dos pais — por causa do pequeno. Ia numa tristeza densa, profunda.

Dias depois ao passar pelo posto tornei a vê-la. Estava na varanda com a preta. O pequenito louro sorria sempre. E ela fazia lembrar uma candeia amarelada que está consumindo o último óleo.

A cultura do algodão Produção e consumo geral

(Conclusão da página 7)

res; condensadores; máquinas de limpeza e prensa hidráulica com capacidade bastante, para reduzir do máximo o volume dos fardos, evitando assim que o algodão, durante a viagem para o mercado do consumo, absorva demasiada humidade, o que pode alterar a resistência da fibra.

Termino a minha exposição recomendando aos agricultores o cuidado de não apanharem o algodão enquanto este não esteja bem amadurecido, evitando desta forma que a sua fibra, por falta de completo desenvolvimento das suas células, forme uma espécie de nó ou ponto branco que, não sendo possível desfazer nas cardas e outras máquinas de fiação, torna imperfeito o tecido que é fabricado com este algodão.

Deve evitar-se também colher algodão molhado ou húmido mas quando, por necessidade, assim aconteça, deve ser exposto ao sol em secadores próprios, antes de ser ensacado, pois de contrário tornar-se há amarelo e sem resistência, o que muito deprecia o seu valor.

INFORMAÇÕES DO MUNDO COLONIAL

Crónica do mês

A MACACA E O FILHO

HÁ um plano de entendimento onde todos os portugueses bons se podem encontrar: é o plano superior donde se topam os grandes objectivos da Nação e aonde não tem significado, nem as ideologias inferiores nem os dissídios de grupo.

É difícil elevarmo-nos até ele na Metrópole, onde a política dos partidos cavou abismos profundos e as realidades do ambiente nem sempre são concordantes com os ditames da lógica e do bom senso. É muito fácil alcançá-lo nas colónias onde o primeiro valor é o do homem que trabalha e produz — e que produzindo e trabalhando não tem tempo, nem cria ambiente em que se entretinham dissídios de baixa política.

E se esse ambiente, por vezes, parece formar-se mercê do barulho que fazem alguns ociosos que, com grandes e pomposos rótulos de intenções salvadoras, procuram na verdade, arrumar interesses ou marcar posições donde se conquistou o almôço e o jantar de todos os dias — o que é certo é que a sua força é illusória e a sua aparência é artificial. No fundo todos os colonos estão dispostos a agrupar-se e a entender-se num plano único e superior, quando sinceramente alguém demonstre uma vontade firme e inteligente de nele os conduzir.

Verificou-se o facto uma vez mais durante a viagem ministerial a Angola.

Houve quem ingenuamente pensasse que o Ministro da Ditadura ia às colónias para extremar campos, levando numa das mãos um látego para inimigos e na outra, todas as benesses para os que se apreçoavam seus amigos políticos.

Mas o Ministro julgou que melhor servia o seu país, e até a situação política que representava, encarando Angola como uma terra sagrada de portugueses em que todos os bons portugueses tinham direitos sagrados. E em lugar de extremar os campos, uniu-os, em lugar de inventar inimigos, fez justiça a todos, em lugar de procurar côres, procurou portugueses.

E todos vimos os colonos, indiferentes às divisões políticas da Metrópole, abafarem as vozes de dissídio, que estavam prestes a erguer-se, e singrarem agrupados e concordes nesse plano superior de ideias, de realizações e de objectivos onde todos se sentiam

com o seu logar marcado e os seus direitos respeitados.

Quere dizer: O Ministro não querendo ser comandado por um grupo, pronto a oferecer-lhe o apoio dos seus ódios, dos seus interesses, das suas ambições, ponde comandar, triunfalmente, um movimento de portugueses e uni-los em torno duma ideia portuguesa.

Compreendeu o meio, cumpriu superiormente a sua missão, deu um exemplo nobilíssimo — serviu com inteligência e com carácter o seu país e indirectamente, a situação política de que era representante.

Este é o verdadeiro nacionalismo — o que pensa, produz e age no sentido dos interesses superiores da Nação: Nacionalismo positivo e criador — muito diferente do nacionalismo doentio que é apenas verbosidade, poesia barata, ou cacete.

Tudo o mais, repetimos, é dividir, desordenar, dar pasto a sentimentos e ideologias inferiores, que não convêm às colónias nem merecem o seu interesse.

E se alguém cuida que assim pode ir longe, será bom lembrar-lhe a história daquela macaca que, por amor do filho, tanto o apertou... que o esganou.

É que certos homens, que têm a preocupação de ser salvadores, quando em lugar de competência, qualidades de trabalho, obras, estudo, patriotismo prático, apenas dispõem dum estandarte e duma garrafa de petróleo — fazem muitas vezes como a macaca... se antes de malar o filho não topam emprego que lhes sirva ou vingança que os satisfaça.

H. G.

Notas do mês

A questão do caminho de ferro de Ambaca

Pelos Ministérios das Finanças e das Colónias, foi estudada a solução a dar à pretensão da Companhia dos Caminhos de Ferro Através de África (Ambaca), da forma seguinte, dentro das bases em seguida discriminadas:

Base 1.ª — A companhia de Ambaca obriga-se a iniciar, nos 8 dias seguintes àquele em que se assinar este, as negociações para o acôrdo com os seus credores obrigacionistas, mediante o resgate das obrigações das séries A, B, e C.

§ 1.º Para resgate das obrigações das séries A e B, a compa-

nhia tomará em consideração, a média das cotações no último trimestre de 1952.

§ 2.º Para resgate das obrigações da série C, a companhia deverá ter em consideração o preço porque foram vendidas em Bolsa, a quando da liquidação do Banco de Angola e Metrópole, salvo, se, tendo havido outras transmissões, se mostrar por exibição de escrita e por documentos irrefutáveis, emanados ao tempo destas, que é justo acordar, tomando em atenção outros preços.

§ 3.º Dada a situação jurídica das obrigações da série C, não é circunstância impeditiva deste contrato produzir todos os seus efeitos, a falta de acôrdo com os obrigacionistas portadores desta série

Base 2.ª—O Estado entregará à companhia, no dia em que elle assinar o acôrdo com os obrigacionistas das séries A, B, 9.000 obrigações do Fundo externo de 3 %., da 1.ª série, ou, à escolha dela, o numerário correspondente, calculado pelo preço médio das cotações desses títulos no último trimestre do ano findo.

Base 3.ª—A companhia de Ambaca compromete-se a liquidar o seu débito ao Estado, entregando-lhe acções próprias, pelo seu valor nominal, até à importância de 14.122.350\$00, e o restante em dinheiro.

§ 1.º Fica vedado à companhia o aumento do seu capital social, além de uma importância que prive o Estado de dispôr da maioria.

§ 2.º O Estado, na sua representação nas assembleias gerais, terá tantos votos quantos os correspondentes às acções que a seu favor estiverem depositadas ou averbadas.

Base 4.ª—O Estado concede à companhia de Ambaca, em Angola, um total de 15.000 hectares de terrenos planálticos, ou de 30.000 hectares, fora das zonas planálticas, se ella assim o preferir.

§ único. A companhia fica dispensada pelo que respeita ao Estado e suas repartições, do pagamento de quaisquer taxas e despesas relativas à concessão e à demarcação.

Base 5.ª—O Estado dá de arrendamento à companhia de Ambaca o caminho de ferro de Luanda, por prazo não inferior a 35 anos, mediante condições a combinar e, por uma anuidade não superior a 0,5 % sobre as receitas brutas de exploração.

§ 1.º A anuidade só será paga por força dos lucros líquidos e só é devida nos anos em que os houver.

§ 2.º Durante os primeiros três anos a exploração de Angola suportará o encargo de 35 % dos prejuizos, sem que no entanto, a sua participação, exceda em qualquer caso 2.500.000 angolares em cada ano.

§ 3.º Ao pessoal europeu ou equiparado que fór atingido por qualquer alteração de quadros, aplicar-se-hão as leis reguladoras da situação dos adidos em Angola.

§ 4.º No contrato de arrendamento a companhia pode ficar autorizada a substituir total ou parcialmente, o sistema de serviço ou de tracção.

§ 5.º Durante o período de arrendamento, o Estado garante à companhia o direito de opção em qualquer concurso para concessão de serviços de transportes colectivos por camionagem, para as estações do caminho de ferro de Luanda a Malange.

Base 6.ª—É mantida à companhia de Ambaca, durante o prazo de arrendamento, a isenção das contribuições predial e industrial em Angola e no Continente.

Base 7.ª—O Estado reconhece nos termos do decreto n.º 4.600, de 13 de Julho de 1918, o direito de aposentação, aos antigos empregados da companhia no continente que, por motivo independente da sua vontade, não beneficiaram das regalias previstas naquele decreto, e mantem-no, em relação áqueles que actualmente tinham esse direito.

Base 8.ª—A efficácia deste contrato depende da assinatura do acôrdo previsto na Base 1.ª, entre a companhia e os obrigacionistas das séries A e B, ficando o Estado liberto de todas as responsabilidades que dêle emergem, se esse acôrdo não fór assinado no prazo de seis meses, a contar da data do decreto que aprova estas bases.

Base 9.ª—O Estado logo que efective integralmente este contrato, fica desobrigado de todas as responsabilidades a que está adestricto em consequência directa ou indirecta, do contrato de 25 de Setembro de 1885.

O decreto determina o seguinte :

Artigo 1.º O Governo é autorizado a contratar, por intermédio dos Ministérios das Finanças e das Colónias, com a companhia de Ambaca, a modificação dos contratos respeitantes às relações entre o Estado e a mesma companhia, nos termos das Bases que se publicam com o presente decreto e que por elle são aprovadas.

Art. 2.º O Conselho de Administração da companhia convocará immediatamente em conformidade com as disposições estatutárias, a assembleia geral, a fim de obter autorização para assinar o contrato com o Estado.

§ 1.º Se o Conselho de Administração, no prazo de 8 dias, não officiar aos Ministérios das Finanças e das Colónias, provando que cumpriu o disposto no corpo deste artigo, o Governo nomeará

por aqueles Ministérios um fiscal seu que convocará, imediatamente depois da sua posse, a assembleia geral extraordinária para se pronunciar sobre este contrato.

§ 2.º Se a autorização não fór concedida dentro de 40 dias a contar da data deste decreto, ou se, uma vez concedida, a Administração da companhia não assinar o contrato nos 8 dias immediatos, o Estado fica desobrigado de o realizar.

Art. 3.º O Estado aceita as contas apuradas pela comissão nomeada por portaria de 16 de Outubro de 1929, admitindo que o seu crédito sobre a companhia é de escudos 14.908.779\$97.

Art. 4.º O Governo, por intermédio do Ministério das Colónias enviará à companhia, dentro de 120 dias a contar da data deste decreto, a minuta completa do contrato de arrendamento do caminho de ferro de Luanda, proposto à mesma.

Art. 5.º As acções ou execuções que venham a ser intentadas ou que estiverem pendentes, contra a companhia de Ambaca, com fundamento em direitos resultantes das obrigações emitidas por ella, ficarão suspensas, enquanto se não provar que estão inteiramente liquidadas, as responsabilidades dela para com o Estado.

§ 1.º Para este efeito a companhia participará no prazo de três dias ao Agente do Ministério Público competente que foi citada para os termos da acção ou da execução.

§ 2.º O Agente do Ministério Público promoverá a suspensão e no prazo de 48 horas, o juiz decretá-la-há immediatamente.

§ 3.º A falta de participação prevista no § 1.º, é punida com as penas de desobediência e multa de 100 contos.

Art. 6.º O Ministro das Finanças fica autorizado a abrir os créditos ou a realizar as operações necessárias para a execução deste decreto.

Art. 7.º Revoga a legislação em contrario.

Propaganda colonial

Por iniciativa da Agência Geral das Colónias e com a colaboração do operador cinematográfico Sr. Anibal Contreiras, realizou-se no Cinema Condes uma sessão de propaganda colonial em que foram exibidos, o film "Alguns aspectos da viagem do Sr. Ministro das Colónias a Angola, cedido pela Direcção das Feiras de Amostras, e um documentário da Companhia de Moçambique. O primeiro é um film pobre mas honesto que, como a sua rubrica refere, foca apenas *alguns aspectos* do notável acontecimento que foi a viagem do Sr. Dr. Armindo Monteiro. O segundo, é um magnífico documentário que deixou em todos os espectadores a melhor das impressões e que honra, não só a Companhia de Moçambique mas também, o operador que o realizou.

Antes de começar a sessão e no principio da segunda parte falaram, respectivamente, o Sr. Tenente-Coronel Garcez de Lencastre, agente geral das colónias, e o Sr. Major Fontoura, professor da Escola Colonial e antigo director de Obras Públicas na Companhia de Moçambique. O primeiro expôs os intentos da Agência na realização destas sessões a que outras se vão seguir e o segundo falou sobre a obra desconhecida da Companhia de Moçambique.

Há que felicitar a Agência Geral das Colónias e o seu ilustre dirigente pela obra que vêm desenvolvendo com tanto entusiasmo e intelligência.

A Convenção com a União Sul-Africana

O abandono do estalão-ouro pela União Sul-Africana, sobre o qual publicámos no último número, uma entrevista com o Sr. Dr. Francisco Machado, vem, como se disse, tornar particularmente delicadas as negociações com a União neste ano de 1953 em que a Convenção será revista.

Isso não quer dizer que não devamos encarar o acontecimento com optimismo. As nossas dificuldades são, não só solúveis, como também nos garantem uma posição de negociadores que podemos considerar forte. Uma vez que, antes de negociada a Convenção, se dêm as primeiras enchadadas no vale do Limpopo e, por consequência, na restauração da economia de Moçambique ao sul do Save, temos, por um lado, garantido o trabalho dos nossos indígenas e por outro recursos para conduzirmos as negociações com todas as vantagens.

A-pesar-do que tantas vezes se lê na imprensa da União, os nossos indígenas são, não só indispensáveis às minas do Rand como são também dos melhores trabalhadores que estas recrutam. Estamos hoje em posição de exigir para elles o tratamento e a recompensa que as suas qualidades e a sua indispensabilidade merecem.

Até hoje, a arma da União tem sido a nossa necessidade de exportar de mão de obra. Uma vez que as obras do vale do Limpopo com todas as perspectivas que é legítimo esperar da sua realização se comecem a executar, cessam muitas das nossas necessi-

dades de emigração de pretos para o Rand—e ficam as dificuldades reais em que as minas se vêm para recrutar trabalhadores noutra parte, nas condições em que os estavam recrutando em Moçambique.

Não há portanto razão para reccer a revisão que se espera a-pesar-da delicadeza e da dificuldade que as negociações não-de de revestir.

Curso elementar de estudos coloniais

Na Escola Infante de Sagres foi inaugurado no dia 24 do mês passado um curso de estudos coloniais. Presidiu a sessão solene de inauguração, o Sr. Dr. Manuel Pereira Figueiredo, representando o Sr. Ministro das Colónias, secretariado pelos Srs. Conde de Penha Garcia, director da Escola Superior Colonial e Tenente-Coronel Garcez de Lencastre, agente geral das colónias.

Aberta a sessão, usaram da palavra os Srs. Lourenço Cayola que fez a história da colonização portuguesa e o Tenente Mário Marques que desenvolveu e expôs largamente, o programa daquele curso.

Diversas

Foi publicada no *Diário do Governo*, uma portaria, determinando que a Direcção Geral dos Serviços Centrais, proceda ao estudo do projecto de uma caixa de aposentações dos funcionários coloniais.

• Pela pasta das Colónias foi publicado o decreto n.º 22.172, que introduz várias rectificações no decreto n.º 22.050, que autoriza o fabrico do álcool deshidratado, destinado a carburante e a outros fins, nas colónias de Angola e Moçambique.

• Pelo Ministério das Colónias foram pedidos informes acerca das formalidades que são adoptadas relativamente aos navios nacionais e estrangeiros que visitem as nossas colónias.

• A fim de estimular a exploração de florestas e madeiras de exportação, em África, vão ser reduzidos os respectivos direitos.

• Pelos governos de Moçambique e de Angola foram enviadas, respectivamente, as quantias de 1.300 e 600 contos, para pagamento de encargos daquelas colónias na Metrópole.

Cabo Verde

Atendendo ao pedido do comércio de Cabo Verde, foi ordenada a redução de 50 %, nos direitos de exportação da purgueira produzida na colónia.

• O Sr. Ministro das Colónias, para atenuar a crise que lava em Cabo Verde, autorizou a abertura de três créditos, um de 1.500 contos, para acudir às ilhas de Barlavento; outro de 1.127 contos para a crise das de Sotavento e outro de 1.200 contos para complemento da dotação da direcção das Obras Públicas, que havia sido gasta em trabalhos para acudir à crise.

Com a abertura desses créditos, foram mandadas continuar as obras da estrada do Pé Verde à Baía das Gatas, a aterraplanagem da Pontinha e a estrada do Banco Branco. Nestas obras informa o Governo da colónia que se encontram a trabalhar mais de 100 braços e que a falta das chuvas nas ilhas de Barlavento, veio aumentar ainda mais a crise. O referido Governo está adoptando as necessárias medidas para acudir à crise do desemprego, tendo já conseguido empregar cinquenta na construção do caminho de ferro de Salamansa, esperando dentro em pouco dar ocupação a todos os desempregados.

• O governador de Cabo Verde, foi autorizado a abrir os créditos pedidos, para debelar a enorme crise de trabalho que existe na ilha de S. Vicente, devendo ser iniciados desde já vários trabalhos públicos.

Guiné

Seguem para a Guiné grande quantidade de material sanitário e três enfermeiros requisitados pelo governador.

S. Tomé

O Governo de S. Tomé enviou 384.095\$77, para pagamento à Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, dos juros do empréstimo que o mesmo estabelecimento fez àquela colónia.

• Foi publicado na folha oficial um decreto aprovando, com modificações, para valer como orçamento geral da receita e despesa da colónia de S. Tomé e Príncipe no ano económico de 1932-1933, o projecto elaborado pela Repartição de Serviços da Fazenda e Contabilidade da mesma colónia.

Angola

Tem havido discussão na imprensa da Rodésia e na da África do Sul a respeito da possibilidade de um porto na foz do Cunene que servisse especialmente as Rodésias. Uns sustentam que é impossível, que a foz do Cunene não se pode prestar a semelhante propósito. A costa é acidentada, o mar revólto. As únicas possibilidades encontram-se nas costas portuguesas. De resto, pela publicação dos documentos alemães de antes da guerra vê-se que a ideia era fazer-se um caminho de ferro ao longo do paralelo 17° S que fosse terminar num dos portos de Angola. A foz do Cunene nunca podia servir para esse fim. Por outro lado, dizem pessoas autorizadas, em Bulowayo, que desde 1912 tanto alemães como rodesianos estudam a foz do Cunene. Há um serviço de embarcações pequenas entre o Lobito e o Cunene que não tem encontrado obstáculos invencíveis. No mapa recentemente publicado pelo Departamento Hidrográfico do Cabo demonstra-se que no rio Omronga, a 40 milhas ao sul de Cunene, há água abundante e permanente.

• Continua merecendo o maior interesse, da parte das empresas agrícola-industriais de Moçambique e de Angola, a importante medida de fomento que o Sr. Ministro das Colónias publicou recentemente sobre o álcool-carburante, constando-nos que as principais empresas de uma e outra colónia se estão preparando para beneficiarem do aludido diploma, encomendando a respectiva aparelhagem e maquinismos, como nos dizem ter feito já a Companhia do Buzi, para 6.000 litros diários de álcool deshidratado.

• Vai ser publicado brevemente o novo regulamento para as granjas administrativas de Angola.

• O governador geral de Angola telegrafou dizendo ter sido inaugurada a ponte permanente do Caxito, que passa a servir as importantes regiões do Ambriz e Dembos, e foi construída em pedra e cimento armado, mede 85 metros de comprimento e assenta em cinco pilares e dois encontros.

• O Sr. Ministro das Colónias mandou ouvir o Conselho Superior das Colónias acerca da reclamação da Companhia de Combustíveis do Lobito, sobre a exigência do pagamento dos direitos de cais imposto por deliberação do conselho administrativo do porto do Lobito.

• Em Angola será feita gratuitamente a demarcação definitiva e levantamento das plantas de terrenos a conceder aos pequenos colonos que, ocupando e explorando há mais de 5 anos várias parcelas de terreno até 20 hectares, se reconheça serem pobres.

• O Governo de Angola informou que as terraplanagens para a comunicação de Luanda com a ilha, já se encontram bastante adiantadas, estando feita a respectiva ligação, e que muito em breve se deverão iniciar a nova fase dos trabalhos para evitar a acção do mar, devendo depois seguir a construção dos muros laterais, pavimento e obras complementares. Foi autorizada a verba necessária para o complemento destas importantes obras.

Moçambique

Na Câmara de Comércio de Benoni fez-se há pouco a afirmação de que só havia 53.000 indígenas de Moçambique nas minas do Rand. A quantia de salários diferidos montava a £ 350.000 por ano. Um número de indígenas aproximadamente de 50.000 regressava à colónia de Moçambique, levando em média £ 8, 11 s., o que perfaz £ 427.000. Como o número total de indígenas portugueses era ordinariamente superior a 90.000 e os respectivos salários superiores a £ 1.000.000 por ano, é à diminuição destes números que se deve atribuir a baixa no movimento geral de negócios do Reef e não ao sistema de pagamento diferido, adoptado pela Convenção. No Transkei os pagamentos diferidos elevaram-se a £ 330.000. O total de salários pagos a indígenas na região monta a £ 8 milhões por ano.

• Foi reconhecido como cônsul da Bélgica, na Beira, o Sr. L. Peters.

• Foi assinado o decreto que nomeia Curador Geral dos Serviços e Colonos de S. Tomé o Sr. Dr. Carlos Sampaio.

• O Sr. Ministro das Colónias foi eleito, por aclamação, sócio honorário da Sociedade de Estudos da Colónia de Moçambique.

• Foi concedida autorização ao Governo de Moçambique para abrir um crédito especial de 250 contos para o combate dos ganhanhos, em Tete e no Niassa.

Em Tete foram criadas novas brigadas de combate àqueles terríveis destruidores das sementeras, onde se verificou que os referidos insectos têm ali feito as suas posturas.

• Notícias recebidas de Moçambique dizem que aquela colónia vai contraír brevemente, com a Caixa Geral de Depósitos, um empréstimo na importância de quarenta mil contos, devidamente autorizado pelo Governo da Metrópole, para fundo de maneio.

• O governador dos territórios da Companhia de Moçambique telegrafou ao Sr. Ministro das Colónias dizendo que todo o

milho da última colheita, no total de 13.332 toneladas, fôra já exportado para Lisboa e Madeira.

Timor

Vai ser autorizado o Governo de Timor a abrir um crédito especial de dez mil patacas para satisfazer os encargos com os presos comuns da colónia.

Macau

O governador da colónia de Macau está reorganizando todos os serviços da mesma colónia, cujo projecto, logo que esteja concluído, enviará ao Sr. Ministro das Colónias, submetendo-o à sua aprovação.

O governador de Macau informou que, devido à iniciativa do director clínico das Leprosarias existentes naquela colónia, já se encontram construídos oito pavilhões para o tratamento da lepra, no que tem sido auxiliado eficazmente pelo director das referidas Leprosarias, Sr. Fernando Dias Costa, também director dos serviços de fazenda da colónia, a quem tece os mais rasgados elogios pela forma como estão sendo conduzidos aqueles serviços, propondo para ambos serem agraciados com a Ordem de Benemerência e para irem em missão de estudo aos portos do norte da China e do Japão, para verificarem o que se pratica nos estabelecimentos congêneres e visitarem as instalações de isolamento que nesses portos são adoptados, para os doentes atacados dêsse terrível mal.

Segundo notícias recebidas de Macau, o governador daquela colónia enviou ao Ministério das Colónias o projecto de orçamento para 1933-1934, representando a receita ordinária e extraordinária total de 5.245.990,55 patacas.

O Governo central debitou 22.272.000\$00 a Macau, a amortizar em 50 anos, ao juro de 5 por cento, sendo a amortização anual de 1.216.580\$38, mas o Governo da colónia não reconhece essa dívida, e, depois de ter feito um estudo sobre o assunto, enviou ao Sr. Ministro das Colónias o respectivo relatório, em que demonstra que é o Governo da Metrópole que deve à colónia 11.500 contos. E de parecer que a colónia não deve pagar tal quantia, visto não a dever, e pede ao Sr. Dr. Armindo Monteiro que seja eliminada do orçamento a quantia relativa à amortização anual. Foi mandada ouvir a estação competente sobre o assunto.

O Sr. Ministro das Colónias aprovou a proposta do Governo de Macau para ser ali suprimida a aviação, facto de que resultará uma economia, para a colónia, de 40.000 patacas.

Índia

O Governo geral da Índia propôs a construção dum cais acostável, dotado dos maquinismos necessários para a elevação de cargas, e dum armazém para resguardo e guarda de mercadorias, em substituição do actual cais dos Gugires.

Também propôs a substituição dos actuais cais de Verém e Belim, no concelho de Bardez, e do da navegação fluvial em Nova Goa.

Para a satisfação destes encargos propôs que as taxas cobradas para a ponte-cais de Nova Goa passem a ser cobradas em todos os portos de Goa, com excepção do de Mormugão, e que as máquinas, utensílios e materiais de construção importados para a realização dessas obras, sejam livres de direitos de importação e de pagamento das taxas de cais.

Também propôs que, para o mesmo fim, seja autorizado aquele Governo a contrair os empréstimos necessários até à importância total de sete laques de rupias, a um juro não superior a 5 por cento ao ano, empréstimos que seriam amortizáveis no prazo máximo de quinze anos.

O assunto será submetido à repartição competente do Ministério das Colónias para o estudar e dar o seu parecer, e será também ouvido o Conselho Superior de Obras Públicas e Minas do mesmo Ministério.

O Governo da Índia pediu autorização para contratar um empréstimo de 500.000 rupias com a Caixa Económica Postal, ao juro de 2% pago no prazo máximo de 15 anos, o qual se destina à reparação e conservação de estradas naquela colónia.

O Governo da Índia enviou ao Ministério das Colónias 250 contos, para pagamento dos encargos da colónia na Metrópole.

Foi criada na capitania dos portos de Nova Goa uma escola de marinheiros, onde será ministrada a arte de marinha.

O Sr. governador geral da Índia comunicou ter sido inaugurada a Ponte de Damas, que considera a mais importante obra de cimento armado até hoje realizada na Índia.

ESTRANGEIRO

Colónias belgas

O Conselho de Ministros belga vai apresentar ao Parlamento um projecto de lei abrindo, a favor do Congo, um crédito de 190 milhões de francos, déficit provável do orçamento desta Colónia.

Movimento de transferências

1932 e 1933

Datas	Requisições a atender (Contos)	Compromissos em vencimento (Contos)	Transferências autorizadas (Contos)
18 de Fevereiro.....	32.467	34.001	15.088
5 de Março.....	29.888	38.471	20.318
9 de Abril.....	55.635	36.882	22.685
15 de Julho.....	78.617	26.149	51.711
1 de Agosto.....	29.995	26.012	70.675
15 de Agosto.....	41.389	26.513	72.176
22 de Setembro.....	40.568	26.332	84.281
19 de Outubro.....	47.925	34.670	93.664
15 de Novembro.....	49.044	39.204	104.308
15 de Dezembro.....	51.262	40.892	113.997
15 de Janeiro.....	57.231	29.936	125.595

Livros e Publicações

Mozambique, por Angelo Vittorio Pellegrineschi.

Em edição da Câmara de Comércio e Indústria Italo-Africana, com sede em Génova, e pertencendo à série de monografias que este organismo está editando, publicou o ilustre colonialista italiano Angelo Pellegrineschi, um trabalho muito interessante, sobre a nossa colónia de Moçambique. É uma monografia muito equilibrada em que Moçambique é apresentado na sua história e geografia, clima, agricultura, pecuária, comércio, navegação e portos, caminhos de ferro, estradas, correios e telégrafos, etc., em termos cuja exactidão não é vulgar encontrar em publicações estrangeiras. Ao mesmo tempo que nos faz a justiça de não ocultar o nosso esforço colonial em Moçambique e os seus resultados, o Sr. Angelo Pellegrineschi, presta aos curiosos e coloniais do seu país, uma informação séria, equilibrada e verdadeira.

Agradecemos o exemplar que nos enviou.

Le Brésil en face des Colonies Portugaises, por F. Ribeiro Salgado. Edição do autor, 1931.

As nossas impressões sobre o livro do Sr. Ribeiro Salgado, cujo aparecimento foi registado nesta revista, têm sido demoradas por razões estranhas à nossa vontade. Referindo-as hoje, perdemos o mérito de ter previsto o êxito que a obra alcançou.

Raras vezes se publicam em Portugal obras de economia e estatística. A nossa literatura científica é pobre — e o meio não a auxilia. Uma edição de 25.000 exemplares feita pelo próprio autor é pois, em primeiro lugar, uma acção de coragem e de patriotismo que é justo registar.

Mas sucede que a obra é útil, indispensável na estante de todos os estudiosos e interessados nos problemas económicos do país, das colónias e do Brasil — e está elaborada com uma probidade e um saber credores dos maiores elogios.

“Le Brésil en face des Colonies Portugaises...”, cuja redacção em francês lhe permitiu uma expansão mundial, é uma fotografia exacta, dada em números e síntese bastante felizes, da economia das nossas colónias e do Brasil.

Sob o ponto de vista das qualidades de trabalho que revela, só quem ignora as deficiências da nossa estatística colonial — agora supridas neste livro — pode ter dúvidas.

Oxalá o Sr. F. Ribeiro Salgado que, como técnico competente que é, sabe o valor das estatísticas oportunas, consiga levar o

seu trabalho por diante e actualizá-lo à medida que as novas circunstâncias económicas o forem exigindo.

Preparação moral, intelectual e profissional do indígena. Conferência realizada na «Semana das Colónias de 1932», por *Júlio Garcez de Lencastre*, agente geral das colónias.

O Sr. Tenente-Coronel Garcez de Lencastre realizou durante a «Semana das Colónias», no Colégio Vasco da Gama, uma das melhores conferências da «Semana», e, certamente, a de maior alcance. Falando para estudantes foi claro, preciso, atraente e fez não só boa propaganda como também boa doutrina.

É essa a conferência agora publicada e cuja publicação é útil e oportuna.

Revolução. Comédia dramática em três actos, por *Henrique Galvão*.

Foi agora publicada esta peça representada há dois anos em Lisboa no Teatro Nacional pela companhia Amélia Rey Colaço-Robles Monteiro. A crítica da obra foi feita oportunamente pelo que nos limitamos a registar o aparecimento do livro.

Cerâmica e Edificação. Revista mensal portuguesa, industrial, económica e artística.

Recebemos o n.º 1 desta revista que se destina a defender os interesses da edificação e da cerâmica portuguesa. O simples facto da sua existência e regular publicação é já uma manifestação de força, organização e inteligência. Que essa força aproveite aos interessados e ao país e que a vida lhe seja longa, são os nossos melhores votos.

O Império Português. Número 31, de 18 de Janeiro.

Recebemos mais um número deste jornal colonial que se apresenta, como de costume, excelentemente orientado e redigido.

Cadernos Corporativos. Tomo I, n.º 1.

Uma revista nova que oxalá venha a ser uma velha publicação. Revista de doutrina, de crítica, de vulgarização, nascida, como diz, à luz da reforma política e económica que vai ganhando o Império Português, é sobretudo um órgão de defesa e propaganda das instituições corporativas. Diz a circular da Direcção da revista, publicada neste primeiro volume:

Os «Cadernos Corporativos» serão o registo dos factos que se produzam durante o levantar desta construção social, confrontando as previsões com os resultados, anotando os defeitos que influem na solidez da obra, marcando as resistências, as defecções, as quebras de energia, exaltando as realizações.

Seremos um pósto de observação e, ao mesmo tempo, de irradiação dum pensamento impulsador que procura os seus fundamentos na acção.

Desejamos-lhe longa vida.

Sumário deste primeiro número: «A derrota do indivíduo e a vitória do produto», por Augusto da Costa; «Assistência ou Política Social?», pelo Dr. António de Sousa Gomes; «A família», pelo Dr. M. Pestana Reis; «O novo direito corporativo — Pródromo — A base associativa», por Rui de Lordelo.

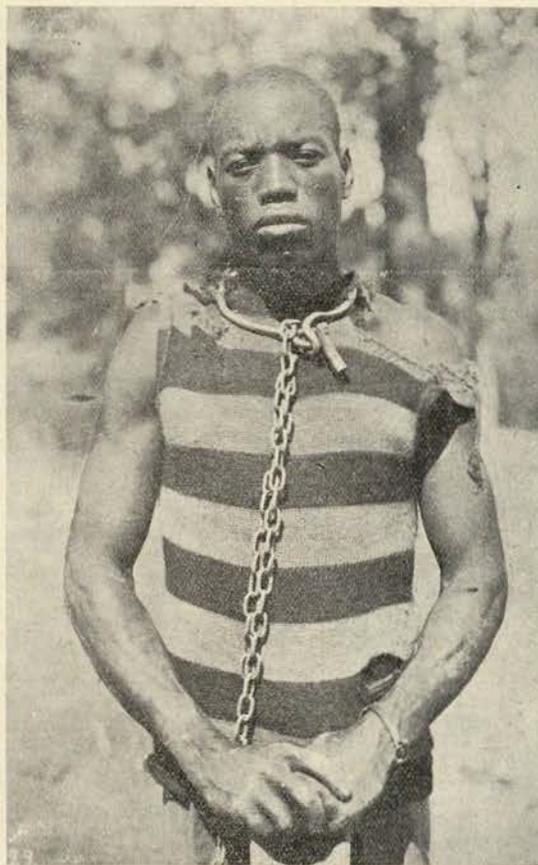
Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro. N.º 3 — Dezembro de 1932.

A Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro vem desenvolvendo uma acção que merece não só os mais rasgados encómios, mas a que é necessário também prestar a melhor atenção e auxílio. Constitui um índice precioso desta acção, o magnífico boletim que acabamos de receber e que é, como os anteriores, cheio de interesse e oportunidade.

Merecem referência especial, sem desprimor para os que omitimos, os artigos: «O terceiro Portugal Angola», pelo Sr. Engenheiro Vicente Ferreira; «Lourenço Marques», por Henrique Correia da Silva; «Os Sistemas Coloniais Portugueses», pelo Dr. Rodrigo Rodrigues; «A Restauração de Angola», por D. Fernanda de Bastos Casimiro.

CAMBIOS

PRAÇAS	COMPRA	VENDA
Londres	109\$80	110\$10
Paris	1\$28,0	1\$28,4
Suiça	6\$32,1	6\$34,4
Bélgica.....	4\$54,6	4\$56,3
Itália.....	1\$67,9	1\$68,5
Holanda	13\$17,4	13\$22,5
Madrid.....	2\$68,4	2\$69,4
Nova-York.....	32\$79,4	32\$91,4
Brasil.....	2\$53,1	2\$53,3
Noruega.....	5\$61,6	5\$67,7
Suécia.....	5\$97,2	6\$03,8
Dinamarca.....	—	5\$51,5
Praga.....	\$96,7	\$97,8
Viena.....	—	3\$83,7
Berlim.....	7\$80,0	7\$82,9
Agio do ouro.....	44 ⁰ / ₁₀₀	—
Libras ouro.....	158\$40	—
Ouro fino gr.....	15.02,2	—



Um indígena do Congo belga captivo



ESTATÍSTICA

Índices-Números das cotações dos géneros coloniais

DESIGNAÇÃO	1914	1929	1930	1931		1932
	Julho	Índice-médio	Índice-médio	Índice-médio	Dezembro	Novembro
LISBOA (cidade)	100	2.630	1.726	1.302	1.839	1.635

Do Boletim Mensal da Direcção Geral de Estatística.

Situação dos Bancos Coloniais com sede em Lisboa, em Novembro de 1932

(Valores em escudos)

BANCOS	ACTIVO				PASSIVO	
	CAIXA		Letras descontadas sobre o País e transferências	Letras a receber	Depósitos à ordem	Depósitos a prazo
	Dinheiro em cofre	Depósitos noutros bancos				
Banco de Angola (Sede).....	430.256	10.855.114	—	13.395.939	14.377.537	1.872.448
Banco do Comércio e Ultramar..	152.034	108.844	1.286.695	1.177.091	518.071	1.567.405
Banco N. Ultramarino (Sede)..	5.050.960	1.666.140	69.978.996	61.288.697	41.307.907	64.029.059

Do Boletim Mensal da Direcção Geral de Estatística.

Cotações dos géneros coloniais (Praça de Lisboa)

Géneros	Unidade	Cotações em (a)	
		1929	1932
		15 de Janeiro	15 de Novembro
Cacau fino.....	15 quilogr.	77\$00	43\$00
Cacau paiol.....	»	62\$00	32\$00
Cacau escolha.....	»	36\$00	21\$50
Café de S. Tomé, fino.....	»	(b) 210\$00	130\$00
Café de Novo Redondo.....	»	124\$00	(e) 78\$00
Café de Ambriz.....	»	123\$00	78\$00
Café de Encoje.....	»	116\$00	(d) —
Café do Cazengo.....	»	120\$00	72\$00
Coconote.....	»	33\$00	17\$50
Copra.....	»	42\$00	22\$00
Óleo de palma, mole.....	»	45\$00	(f) 30\$00
Rícino.....	»	27\$00	—
Gergelim.....	»	34\$00	—
Algodão.....	Quillog.	10\$00	—
Cera.....	»	16\$00	8\$30
Cola.....	»	6\$00	1\$20
Açúcar, rama.....	»	(c) 1\$70	(d) —
Milho.....	»	\$94	\$78
Coiros.....	»	15\$00	6\$00

(a) As cotações apresentadas representam a média nas datas indicadas ou na data mais próxima — (b) Cotação em 1 de Agosto de 1928 — (c) Cotação em 21 de Setembro de 1928 — (d) Não foi negociado — (e) 2.^a qualidade — (f) Em tambores.

Reexportação e trânsito de mercadorias das Colónias portuguesas por Lisboa em Novembro de 1932

MERCADORIAS	QUANTIDADES EM QUILOGRAMAS		VALOR EM ESCUDOS	
	1931	1932	1931	1932
	Dezembro	Dezembro	Dezembro	Dezembro
Reexportação :				
Cacau	2.806.742	1.312.773	.166.498\$00	3.640.910\$00
Café	1.047.552	972.958	3.405.495\$00	4.451.215\$00
Cêra	217.446	98.553	1.563.794\$00	681.603\$00
Outras mercadorias	933.763	421.775	886.456\$00	463.418\$00
Total	5.005.503	2.806.059	11.022.243\$00	9.237.146\$00
Trânsito internacional :				
Cacau	—	1.098	—	3.000\$00
Café	1.388.198	757.309	3.473.450\$00	3.867.970\$00
Cêra	23.506	22.393	307.100\$00	172.200\$00
Óleos de palma e côco	38.752	115.798	17.000\$00	114.400\$00
Outras mercadorias	910.309	277.959	433.950\$00	418.350\$00
Total	2.360.765	1.174.557	4.231.500\$00	4.575.920\$00

Do Boletim Mensal da Direcção Geral da Estatística.

Quantidades em quilogramas de algumas mercadorias importadas e exportadas de e para as Colónias portuguesas durante o mês de Novembro de 1932

MERCADORIAS	Angola	Cabo Verde	Guiné	Moçambique	S. Tomé e Príncipe	India, Macau e Timor
Importadas das Colónias :						
Arroz	614.811	—	2.613.038	47.112	—	12
Açúcar	17.280.490	27	7	43.667.829	24	—
Café	2.793.292	26.129	1	596	235.679	143
Trigo em grão	2.792.150	—	—	—	—	—
Peles em bruto	589.005	32.882	221.136	77.570	1.806	—
Algodão em caroço, rama ou cardado	708.594	—	6.281	1.083.751	—	—
Sementes oleaginosas	5.450.314	2.323.792	16.491.130	349.786	3.333.799	—
Milho	—	—	—	—	—	—
Exportadas para as Colónias :						
Vinhos do Pôrto (decalitros)	10.822	486	584	16.622	283	3.114
» da Madeira	179	75	4	86	15	19
» comuns tintos (decalitros)	650.811	25.530	81.083	452.268	54.999	30.958
» » brancos (decalitros)	136.752	4.378	9.952	400.183	5.694	4.270
» licorosos (decalitros)	8.914	1.156	662	4.637	117	14.945
Conservas de vegetais	171.881	5.913	22.956	210.323	10.929	30.873
Sardinhas em salmoura	6.143	127	127	1.761	394	2.054
Conservas de sardinha	54.977	3.594	16.321	195.359	7.126	13.797
Conservas de peixe	4.429	117	467	11.414	1.069	289
Cortiça em rolas	800	229	129	2.055	125	137

Do Boletim da D. G. E.

A. Ferreira

EXIJA ao seu fornecedor a marca A. FERREIRA nas tintas de escrever, colas e lacres, ficando certo, assim, de receber produtos de primeira qualidade.

FABRICA DA AREOSA

DE

Azevedo Soares & C.^a, L.^{da}

Fiação, tecelagem e manufactura de tecidos de algodão e tecidos mixtos de seda
Fabricação especializada dos seguintes artigos: Merinos—Gabardines—Kakis—Zanelas
Tafetás—Sarjas—Setins para forros e Flanelas—Especialidade em tecidos coloniais

Côres garantidas absolutamente grande tinta

*Os tecidos da Fábrica da Areosa, são cuidadosamente fabricados
com matérias primas de primeira qualidade e dão aos compradores a garantia
da sua duração*

Dando preferência a estes tecidos nas vossas compras podereis estar certos de que economisais o vosso dinheirs

EMPRESA FABRIL DO NORTE, L.^{DA}

SEDE—SENHORA DA HORA

Telefone 12—S. H. —— Telegramas: NORTE

Fábrica de Fiação fina — Tecelagem de artigos finos — Mercerização — Acabamentos — Linhas para costura

Unica fábrica portuguesa de carrinhos de linha de algodão das seguintes
marcas: RELÓGIO — PORTO — AFONSO HENRIQUES — ALFAIATE
de linha de algodão em tubos, marcas BOUQUET — SEDALINA — ALINHAVAR
de linha de algodão em novelos, marcas PERLÉ — PASSAJAR
de carreteis de linha de algodão, marcas VIANEZA e da popular marca COSTUREIRA

Fabrico especializado dos seguintes artigos: POPELINAS — OPALINAS
— ZEFIRES — BRETANHAS FINAS

As afamadas bretanhas—marca ANGOLA—são fabricadas
* * * com algodão das nossas Colónias d'África * * *

ALGODÃO PARA BORDAR

**Os nossos artigos competem com vantagem
com as melhores marcas estrangeiras**